



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARLUCE NERI GONZAGA

**ENTRE O APOGEU DA CONSTRUÇÃO E O DECLÍNIO DO CONSTRUTOR: uma
análise sobre os impactos do trabalho precarizado da construção civil na vida dos
trabalhadores na cidade de Salvador - BA.**

Cachoeira
2016

MARLUCE NERI GONZAGA

**ENTRE O APOGEU DA CONSTRUÇÃO E O DECLÍNIO DO CONSTRUTOR: uma
análise sobre os impactos do trabalho precarizado da construção civil na vida dos
trabalhadores na cidade de Salvador - BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Colegiado
do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do
grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Rosenária Ferraz de Souza

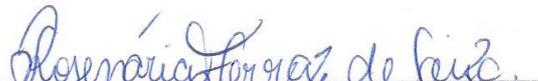
Cachoeira
2016

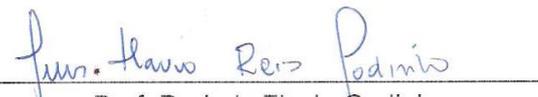
MARLUCE NERI GONZAGA

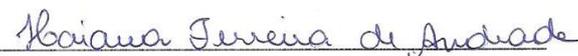
ENTRE O APOGEU DA CONSTRUÇÃO E O DECLÍNIO DO CONSTRUTOR: UMA
ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DO TRABALHO PRECARIZADO DA
CONSTRUÇÃO CIVIL NA VIDA DOS TRABALHADORES NA CIDADE DE
SALVADOR-BA

Cachoeira – BA, aprovada em 11/08/2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Rosenária Ferraz de Souza
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Luis Flavio Godinho
Membro da Banca Examinadora


Esp. Haiana Ferreira de Andrade
Membro da Banca Examinadora

Dedico este trabalho aos Profissionais da
Construção Civil!

Agradecimentos

Na história da minha vida, existem marcas indeléveis que o amor e o tempo deixaram em mim. Todas essas marcas servem para me recordar de onde vim, de quem eu sou e para onde vou, sem perder a delicadeza e a ternura da pequenina criança que habita em mim. Assim quero ser sempre vista pelo Senhor que sempre cuidou de mim e projetou cada passo que eu daria em minha vida. Segurando-me pelas mãos, não permitiu que meus pés tropeassem em caminhos tortuosos, sua mão firme e forte não me deixaram vacilar, e mesmo quando tudo parecia muito difícil sua mão me sustentou e me mostrou que eu seria capaz. Pois bem Senhor, aqui estou! Completando mais uma etapa de minha jornada, plasmada em seu amor de Pai. Obrigada Deus por tudo, “por te mesmo e como és por te mesmo e como és, venho agradecer”.

Aos meus pais, Maria Áurea e José Antônio, os grandes amores de minha vida. Sei que não foi fácil para vocês me educar, dar-me a possibilidade de estudar e de sonhar com uma vida melhor. Vocês são para mim motivo de grande orgulho e gratidão! Serei eternamente grata a Deus por tê-los como pais, amigos e companheiros de jornadas. Se eu tentasse traduzir nessas poucas linhas tudo que trago em meu peito e tudo que sinto por vocês, as palavras cessariam, então só me resta dizer muito obrigada por tudo! Amo vocês.

Aos meus irmãos Jadson e Joseane, que sonharam comigo meus sonhos e projetos. Somos companheiros inseparáveis. Pois, não só os laços de sangue nos unem, mas também os laços de amor e de amizade que foram estabelecidos entre nós, tornando assim fecunda a nossa união. Minha eterna gratidão.

À minha avó materna. Meu amor, meu presente! Seu carinho e seu cuidado não me deixaram desanimar! Seus incentivos são para mim uma mola-propulsora, me lançam para frente, me projeta para o alto.

Aos meus tios e tias, agradeço pelo cuidado e atenção, por acreditarem em mim e por sonharem comigo os meus sonhos. Um olhar sempre atento, um cuidado sempre pronto, me fazem refletir sobre o quanto sou feliz por tudo que tenho.

Aos amigos que tenho, pessoas que foram colocadas em minha vida como um carinho de Deus! Agradeço pelas orações porque elas me sustentam, agradeço pelo cuidado, pelo apoio e por toda inspiração. Chegamos até aqui! A vitória não é só minha, mas de todos que esperaram comigo esse momento!

Às amigas, Elen, Érica, e Barbara Reijane, eu agradeço de forma particular, pois o apoio de vocês foram fundamentais nesse processo de graduação, e não só nesse momento, mas sempre! Sei que contei o tempo todo com vocês! Somos anjos de uma asa só!!!

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Rosenária Ferraz de Souza, agradeço pelo cuidado e atenção. Mulher forte guerreira, excelente profissional, gigante na arte de ser humana. Tê-la conhecido e ter a honra de ser sua orientanda para mim é motivo de grande alegria. Ela me inspira e é para mim um referencial! Muito obrigada por tudo!!

Aos amigos que a UFRB me apresentou, trilhamos juntos esse caminho, nós melhor que ninguém sabemos por tudo que passamos, cada lagrima que derramamos, cada noite de sono abdicada em favor de um sonho comum. Juntos dividimos alegrias, angústias, compartilhamos sonhos, dividimos nossa história. Avante companheiros e companheiras!

Ao NATOSS, Grupo de estudos, pesquisa e extensão Natureza, Trabalho, Ontologia e serviço Social, lugar de troca de saberes, de partilhas de experiências, local de aprendizado e discussões calorosas. A convivência durante esse tempo com vocês foi um momento de grande aprendizado. Fundamental para minha formação humana acadêmica e profissional.

A todos os meus mestres, desde aqueles que me alfabetizaram até estes que hoje contribuíram para que eu me tornasse Bacharel em serviço Social. Minha eterna gratidão, admiração e respeito!

“Nada me importa, vou caminhar, com tua ajuda, Mãe vou conseguir. Pois quem conhece a tua vida. Os teus exemplos têm que seguir”.

Pe. Reginaldo Manzott

RESUMO

O presente trabalho, objetiva analisar a precarização do trabalho da construção civil na cidade de Salvador – BA e os seus rebatimentos na vida do trabalhador. Diante do objetivo proposto, traz-se o debate sobre labor¹ e precarização na sociedade contemporânea. Para tal, reflete-se a centralidade do trabalho, como categoria fundante do ser social, tendo como ponto de partida, os escritos de Marx, Engels e Lukács, que versam sobre o desenvolvimento do trabalho e seu caráter estruturante no processo da sociabilidade humana. Em seguida, à luz de autores contemporâneos, descortina-se essa categoria, dentro da particularidade sócio-histórica brasileira. Assim, discorre-se, sobre como o labor se desenvolveu dentro dessa sociedade, que traz uma particularidade colonizadora escravista que deixou marcas indeléveis na história do povo dessa nação, principalmente para a população negra, que até hoje amarga os traços da escravidão, ocupando postos cada vez mais desprovidos de prestígio e de status sociais. Ao negro sempre foram delegadas as atividades mais humilhantes e forçosas, acentuando assim a exploração da mão-de-obra negra. Ademais, traz-se algumas reflexões importantes acerca do capitalismo contemporâneo, retratando as modificações ocasionadas pela ruptura com o padrão fordista que gestaram um modo de trabalho e de vida pautado no labor precário e flexível. Acentua-se a precarização laboral e a degradação da vida humana a partir da lógica da produtividade em curto espaço de tempo, da descontinuidade e da terceirização. Esta por sua vez é uma forma bastante utilizada pelas empresas para o rebaixamento dos custos da produção. Dentro desse contexto está o setor da construção civil, cujas faces da precarização estão explicitadas nas condições de labor e de vida da força de trabalho desse setor.

Palavras Chave: Trabalho, indústria da construção civil, trabalhador da construção civil, precarização do trabalho.

¹Neste estudo, utilizaremos a palavra labor como variação para a palavra trabalho.

ABSTRACT

This work aims to analyze the precariousness of the civil construction work in the city of Salvador - BA and the repercussions on the worker's life. Before the proposed objective, we bring the debate on labor and casualization in contemporary society. To this end, reflects the centrality of work as its founding category of the social being, taking as a starting point, the writings of Marx, Engels and Lukacs, that deal with the development of the work and its structuring character in the process of the human sociability. Then, in the light of contemporary authors, figure up this category within the Brazilian socio-historical particularities. Thus, it deals with is on expatiate about how the work if developed within this society, which brings a particularity in the slave colonizing that have left indelible marks in the history of the people this nation , especially for the black population, which until today have traces of slavery, occupying posts devoid of prestige and social status. The black have always been delegated the most humiliating and forcible activities, accentuating like this the exploitation of hand labor-work black. In addition it brings up some important reflections on the contemporary capitalism, portraying the changes caused by the rupture with the standard Fordist who gestaram a mode of working and living guided in precarious and flexible labor. accentuating the labor precariousness and the degradation of human life from the productivity logic in short time, of the discontinuity and of the outsourcing. This in turn is a way widely used by emprazas to the lowering of production costs. Within this context is construction sector, whose faces of casualization are explained in the conditions of work and life of the workforce in this sector.

Key-word: Work. Civil construction industry. Construction civil worker. Precarious work.

LISTA DE SIGLAS

AEAT - Anuário de estatísticas de acidentes de trabalho

CAT - Comunicação de acidentes de trabalho

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

DDS - Diálogo Diário de Segurança

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

ISO - International Organization for Standardization, ou Organização Internacional para Padronização

MPS - Ministério da Previdência Social

NATOSS - Grupo de estudos, pesquisa e extensão Natureza, Trabalho, Ontologia e serviço Social

NR 18 - Norma Regulamentadora 18

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

PBQP-H - O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat

PIB - Produto Interno Bruto

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SESI - Serviço Social da Indústria

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	20
2.1. Os fundamentos ontológicos do trabalho na vida do ser social.	21
2.2. O trabalho na particularidade sócio-histórica brasileira.	25
2.3. O trabalho no capitalismo contemporâneo.	28
3. A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	35
3.1 A indústria da construção civil no Brasil	37
3.2 A indústria da construção civil na Bahia	41
3.3 A indústria da construção civil no município de Salvador - BA.	44
4. OS IMPACTOS DO TRABALHO PRECARIZADO NA VIDA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE SALVADOR - BA	49
4.1 O negro no mercado de trabalho da construção civil na cidade de Salvador - BA	51
4.2 O processo de trabalho no setor da construção civil	54
4.3. Os impactos do trabalho precarizado na vida dos trabalhadores.	58
4.3.1. O processo trabalho na vida dos trabalhadores da construção civil.	64
4.3.2. Os riscos presentes no trabalho da construção civil	67
4.3.3. A invisibilidade e a desvalorização dos trabalhadores	73
CONSIDERAÇÕES	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE	84

1. INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil é o setor que atualmente mais cresce no Brasil, sendo responsável pela empregabilidade de boa parte da população pobre do País. Seguimento de grande importância para o cenário econômico nacional, a construção civil, no ano 2000, respondeu por 15,6% do Produto Interno Bruto – PIB. No entanto, boa parcela desses trabalhadores atua na informalidade, convivendo em situações precárias de trabalho.

Este seguimento industrial está dividido em três subsetores distintos, a saber: construção pesada, montagem industrial e edificações. O subsetor da construção pesada, abrange as seguintes categorias: obras viárias, obras hidráulicas, obras de urbanização e obras diversas. O subsetor de montagem industrial, compreende a categoria de obras de sistemas industriais: montagens de estruturas mecânicas, elétricas, eletromecânicas, hidromecânicas, montagem de sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, montagem de sistema de telecomunicações, montagem de estruturas metálicas, montagem de sistema de exploração de recursos naturais e obras subaquáticas. Por fim, tem-se o subsetor de edificações, objeto deste estudo, que compreendem a construção de edifícios residenciais, comerciais, de serviços e institucionais, construção de edificações modulares verticais e horizontais e edificações industriais.

As mudanças nos padrões de uso da força de trabalho, promovidas pelos processos de reestruturação produtiva e de globalização da economia (Borges e Druck, 1993 apud Oliveira e Iriart), intensificaram a informalidade e a rotatividade dos trabalhadores. No setor da construção civil, as firmas atuam em conjunto com empreiteiras, contratando pequenas empresas especializadas nas diferentes etapas das obras para fazer parte do processo produtivo. Desta forma as empresas conseguem reduzir os custos da produção, uma vez que elas não são responsáveis pelo pagamento dos direitos trabalhistas dos funcionários. Assim, os profissionais têm suas carreiras fragmentadas pela descontinuidade das obras, e vivem sob a incerteza de seus empregos, uma vez que terminada a etapa da obra para a qual foram contratados, esses trabalhadores são demitidos e ficam à espera de uma nova oportunidade para retornarem ao mercado de trabalho.

A baixa qualificação desses profissionais, é um dos motivos que os fazem permanecer nessa atividade. Pois a construção civil é um setor que não exige muita instrução para ser contratado. Desta maneira, os donos das empresas, se utilizam da baixa qualificação desses profissionais para lhes impor ritmos de trabalhos cada vez mais intensos e jornadas cada vez

mais pesadas, amparados pela justificativa de que do lado de fora do existem inúmeras pessoas disponíveis para ocuparem seus lugares.

Assim como em outros ramos de atividade econômica, o setor da construção civil, vem passando por algumas transformações, que modificam o processo produtivo e organizacional da indústria. Tais transformações tem intensificado a precarização do labor nesse setor, impactando diretamente na vida do proletariado² que vende sua força de trabalho nesse ramo produtivo.

A realização desta pesquisa parte primeiramente de um interesse pessoal, que tem seu fulcro na minha trajetória familiar. Filha de operário da construção civil, cresci com várias inquietações a respeito das condições de trabalho nesse setor. Conviver com a saudade e a distância, faz refletir constantemente, sobre que tipo de trabalho é esse que não possibilita ao profissional³ a oportunidade de conviver diariamente com seus familiares, amigos e com sua comunidade. Desvelar a natureza estruturante dessa atividade e como essas relações se estabelecem no meio produtivo, tornou-se para mim um desejo a ser perseguido. Ao ingressar na vida acadêmica esses questionamentos permaneceram burilando dentro de mim, as leituras que fiz, os debates que presenciei sobre esta categoria tão central na vida do ser social, aguçaram minha sede em pesquisar sobre o trabalho precarizado no setor da construção civil, com o intuito de analisar os impactos da precarização do trabalho da construção civil na vida dos trabalhadores na cidade de Salvador - BA. Vale ressaltar que a participação no grupo de pesquisa, Natureza, Trabalho, Ontologia e Serviço Social – NATOSS, foi um passo decisivo em direção ao caminho pelo qual pretendia caminhar, pois foi a partir deste grupo que tive um contato mais profundo com o arcabouço teórico que me impulsionou a estudar a categoria trabalho de maneira crítica e consciente.

É fascinante olhar as grandes construções, verdadeiros monumentos arquitetônicos dos centros urbanos, vê-los erguidos com tamanha imponência, causa admiração e ao mesmo tempo descontentamento, pois sabe-se que por trás dessas grandes obras existe muita exploração, trabalho precarizado e expropriação do capital. Ao contemplar essas obras de artes que embelezam os centros urbanos, atraem turistas, movimentam a economia do país surgem inúmeros questionamentos sobre os impactos que essas construções causam na vida dos seus artistas, refiro-me não àqueles que desenharam as plantas, mas àquele que receberam a incumbência de tronar esses desenhos reais, àqueles que ergueram tijolo por tijolo, homens cuja capacidade teleológica proporcionou tornar factível sua atividade.

² Será utilizado o termo proletariado para variação de classe trabalhadora.

³ As palavras: profissional e operário, foram adotadas para substituição da palavra trabalhador.

De acordo com Antunes 2009, O mundo do trabalho vem passando por múltiplas transformações nas últimas décadas, isso se deu de maneira particular nos países de capitalismo avançado, com repercussões importantes nos países de terceiro mundo; verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, ou seja: houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional, e paralelo a isto, efetivou-se uma subproletarização do trabalho ocasionada pelas diversas formas de trabalho precarizado, a partir de então percebe-se uma forma de trabalho heterogêneo, complexo e fragmentado.

O presente estudo justifica-se aprioristicamente pela possibilidade de tornar público o tema acerca da exploração e precarização do trabalho no campo da construção civil e suas consequências na vida dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que busca dar voz a esses sujeitos. Para tal finalidade busca-se atingir dois objetivos específicos: Investigar a relação entre trabalho e precarização no setor da construção civil e identificar as características do trabalho precarizado no setor da construção civil.

O problema que orienta o presente estudo traz o seguinte questionamento: Quais os impactos do trabalho precarizado na vida dos trabalhadores da construção civil da cidade de Salvador – Ba? Na tentativa de responder a esses questionamentos foi formulada a seguinte hipótese: O trabalho no setor da construção civil carrega relações de raça e classe específicas e é marcado por fortes expressões do trabalho precarizado que geram impactos nocivos na totalidade da vida do trabalhador.

Acredita-se que a realização deste estudo se constitui de suma importância para dar visibilidade às formas de trabalho precarizado no setor da construção civil. Ao desvelar essa realidade torna-se possível construir meios para a transformação da mesma, uma vez que não basta apenas conhecê-la, mas é de fundamental transformá-la.

O Método utilizado nesse estudo foi o Materialismo Histórico Dialético, por ser ele um método capaz de oferecer uma forma consistente de análise e interpretação da sociedade a partir da realidade concreta. Por meio do materialismo de Marx é possível estudar a sociedade de modo a compreendê-la como fruto de um processo histórico que passa por constantes transformações. Conforme Kosik: “a dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente”(Kosík, Karel, 1926, p.16) , a dialética não aceita o mundo das representações nem o que se revela no imediato, ao contrário analisa o que se dá no aparente de modo a dissolver as criações alienadas do mundo ideal para assim alcançar sua realidade, pois, só através do conhecimento da realidade é que podemos transforma-la, uma vez que nos mesmos a produzimos.

Assim:

O método não é um componente alienável da teoria, ele não se forja, também independentemente do objeto que se pesquisa – é uma relação necessária pela qual o sujeito que investiga pode reproduzir intelectualmente o processo do objeto que investiga para apanhar o movimento constitutivo do ser social (FALCÃO E NETTO, 1989; p. 75)

O caminho investigativo passa da abstração ao empírico apreende as relações existentes com outros conjuntos empíricos, investiga sua origem histórica e o seu desenvolvimento interno, reconstruindo-o todo esse processo através do pensamento e por meio de sucessivas aproximações retorna ao seu ponto de partida, mas os fatos não permanecem inertes pois eles são produtos de “ relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto...” (FALCÃO E NETTO, 1989; p. 75 - 76)

O caminho metodológico adotado refere-se à pesquisa qualitativa, pois qualquer tentativa de quantificar aspectos subjetivos do ser social estaria fadada ao fracasso, uma vez que é impossível captar aspectos profundos da realidade apenas por meio de variações matemáticas. A pesquisa qualitativa trabalha dentro do universo dos significados, motivos, crenças, valores e atitudes, ela é capaz de apreender com profundidade o mundo dos significados, das ações e das relações humanas.

A priori a investigação do tema passou pela revisão bibliográfica, buscando-se autores que discutem a categoria trabalho e precarização, posteriormente buscou-se estudos sobre a indústria da construção civil na Bahia, em seguida realizou-se a leitura de textos clássicos e contemporâneos para adensar a discussão e fornecer um arcabouço teórico sobre trabalho precarizado e condições de trabalho na atualidade. A pesquisa documental também foi uma das ferramentas utilizadas neste estudo para levantamento de dados oficiais a saber, consultamos: PED, MPS, DIESSE, SESI. Esses documentos são uma importante fonte de dados indispensáveis para a pesquisa qualitativa, são eles que fornecem as informações oficiais, de forma precisa e situadas historicamente, o que confere validade à pesquisa.

A abordagem técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada, a estratégia bola de neve foi utilizada durante o processo investigativo realizado, numa tentativa de obter as informações necessárias que estão contidas nas falas desses sujeitos sócio-políticos, trabalhadores da construção civil. Essa técnica é utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, estes por sua vez indicam outros participantes e assim sucessivamente. Para Minayo 1994, a entrevista não consiste em uma conversa despreziosa e cercada de neutralidade, uma vez que está posta como um

meio de coleta dos acontecimentos retratados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam a realidade que está sendo focalizada.

O universo empírico foi formado por trabalhadores da construção civil, com o tempo de serviço igual ou superior a dois anos, sendo eles: pedreiros, carpinteiros, eletricitas e armadores. Estipulamos esse período de tempo pela alta rotatividade de mão de obra, em função da intermitência das obras que caracterizam o setor. Foram realizados um total de dez entrevistas, buscando assim, responder os questionamentos que permeiam esse estudo a partir das falas dos sujeitos pesquisados.

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções (CEDRO, 2011, *apud* NEVES, 2006, p. 16)

O recurso tecnológico utilizado para realização das entrevistas foi um gravador. Foi solicitado previamente o consentimento dos participantes da pesquisa para que as entrevistas pudessem ser gravadas, respeitando as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa com seres humanos, os participantes do estudo foram informados dos objetivos da pesquisa e assinaram um termo de consentimento. O mesmo foi elaborado em duas vias, sendo uma entregue ao entrevistado e a outra permanecendo em posse da entrevistadora.

A classe trabalhadora hoje é formada em sua totalidade por assalariados, que vendem a sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção, que são submetidos a condições de trabalho precária e totalmente degradantes. Nas últimas décadas essa classe vem passando por grandes processos de mudanças a partir da reestruturação dos processos de trabalho (ANTUNES.2003, p.230). Os países de capitalismo avançado presenciaram na década de 80, grandes transformações no mundo do trabalho, e isso se deu tanto nas formas de inserções produtivas quanto nas formas de representação políticas e sindicais. As transformações no mundo do trabalho foram tão intensas que se pode até afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho⁴, presenciou a mais aguda crise do século, tal acontecimento não atingiu somente a sua materialidade, mas também trouxe repercussões na subjetividade e no seu inter-relacionamento, afetou a sua forma de ser.

⁴ Ricardo Antunes

Surgiram novos processos de trabalho no qual os antigos modos de produção foram substituídos, apresenta-se a flexibilização, busca-se novos padrões de produção adequando-os assim à lógica do mercado. Nesse momento, presencia-se a desconcentração industrial, procura-se novos padrões de gestão da força de trabalho, o Toyotismo substituiu o Taylorismo-fordismo. Nessa conjuntura vivenciou-se uma forma transitória de produção, cujos desdobramentos rebateram nos direitos do trabalho, esses passaram por desregulamentação e flexibilização tornando assim o ambiente propício para a instauração do capital em sua nova fase.

Nesse movimento de transformações notam-se os aspectos nefastos da precarização do trabalho, bem como a degradação da relação saudável existente entre o homem e a natureza, tal relação tem sido cruelmente impactada pela lógica produtiva do capitalismo, orientada para a produção de mercadorias, de lucros e superlucros, quanto mais o trabalhador produz, mais pobre ele se torna e mais poder tem o que ele produz, o trabalhador torna-se uma mercadoria mais barata do que aquilo que ele produziu. Com isso observa-se que quanto mais o trabalhador imprime sua força de trabalho, menos o produto do seu trabalho lhe pertence, ao contrário, torna-se estranho a ele e menos chances ele terá de possuí-lo, o trabalhador deposita sua vida no objeto, e este já não lhe pertence mais.

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto melhor formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (ANTUNES, 2004, p.179)

Nota-se aí uma dicotomia, o mesmo trabalho que faz com que os donos dos meios de produção usufruam de plena fartura morem em palácios, tenham excelentes condições de vida, faz com que o trabalhador viva de forma subumana na pobreza, na miséria.

Dentro desse contexto encontram-se também os trabalhadores da construção civil, que geralmente são homens com baixa escolaridade que migram do interior para a capital em busca de melhores condições de vida para sustentar a sua família. Ao chegarem à capital, deparam-se com um mercado competitivo e de alta rotatividade, são submetidos a jornadas exaustivas de trabalho degradante, fazem horas extras para conseguirem sobreviver. Em muitos canteiros de obras, o trabalhador é remunerado por produção, quanto mais produz em um determinado tempo “mais” ele ganha, estimulando dessa forma a competitividade entre os companheiros de trabalho e o individualismo, ao mesmo tempo em que aumentam os casos de adoecimentos dos trabalhadores pelas longas jornadas de trabalho.

Historicamente, os trabalhadores da construção civil são pessoas que migraram do campo para cidade, a partir de 1930, período em que o Brasil passava por processos de mudanças, tanto no setor econômico quanto no setor político, o Estado passou a adotar um modelo de economia industrial, liderado pelo então presidente Getúlio Vargas. Os migrantes eram oriundos das pequenas cidades e do Nordeste; a maioria desses trabalhadores era absorvida pelos setores das atividades industriais, sendo a construção civil um dos mais importantes. (SANTANA, 2012)

Esses migrantes, expulsos do campo por causa das condições precárias de vida e de trabalho, foram para os polos urbanos, tornando-se assim mão de obra barata e desqualificada, submetendo-se a um trabalho explorado, com baixos salários e sendo obrigados a morar nas periferias urbanas. (FERREIRA, 2000, BROSOI, 2007 apud SANTANA, 2012)

O trabalho precarizado é um dos elementos que mais favorece exploração humana, a exclusão social e a migração das populações pauperizadas em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos. Estes aparecem para os migrantes como um local de melhores condições de vida e econômicas.

Diante desse contexto, o primeiro capítulo desse estudo traz uma reflexão sobre trabalho e precarização na sociedade contemporânea, apresentando elementos importantes para se pensar no lugar do trabalho na formação do ser social, ao mesmo tempo em que o situa dentro da particularidade sócio-histórica brasileira, e como ele se desenvolve no capitalismo contemporâneo.

O segundo capítulo, versa sobre a indústria da construção civil, em âmbito nacional, estadual e local, fazendo referência à cidade de Salvador, local escolhido para a realização dessa pesquisa. Nesse capítulo fazemos uma reflexão⁵ acerca de alguns aspectos que envolve a precarização do trabalho nesse seguimento. Em tempo, apresentamos as características sócio-demográficas desses profissionais, a partir de dados oficiais do DIEESE⁶ e do PED⁷.

No terceiro capítulo apresentamos os dados da pesquisa, refletindo sobre o negro no mercado de trabalho da construção civil em Salvador, o processo de trabalho, ressaltando as suas peculiaridades, trazemos também sobre os impactos desse trabalho precarizado na vida dos operários, os riscos presentes dentro canteiro de obras, fazendo uma reflexão sobre as formas encontradas pelos operários para superar o medo do ambiente laboral no qual eles

⁵ Essa reflexão se faz necessária para situar no tempo e no espaço, o avanço da precarização do trabalho nesse seguimento, de modo a perceber como essa precarização rebate na vida desses profissionais, não de uma maneira distante, mas com uma reflexão muito próxima da nossa realidade local, devido a importância da Região Metropolitana de Salvador tanto para cenário Baiano quanto brasileiro.

⁶ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

⁷ Pesquisa de Emprego e Desemprego

estão inseridos e, finalizando a análise, trazemos à luz a questão da invisibilidade e da desvalorização do profissional da construção civil, pela sociedade. Cabe ressaltar que os protagonistas dessa análise foram os próprios sujeitos dessa pesquisa, pois foi a partir de seus relatos que construímos esse estudo, fundamentado por autores que discutem as categorias propostas. Para preservar a identidade dos entrevistados, demos a eles o nome de pedras, que representam a força e a solidez desses homens.

2. TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O debate sobre trabalho e precarização na sociedade contemporânea torna-se essencial para uma análise acerca da categoria trabalho e sua centralidade na vida do ser social, para tal, o método do materialismo histórico dialético nos dará subsídios substanciais para desvelar a categoria trabalho e seu caráter estruturante na vida do ser social. Assim, no primeiro capítulo abordaremos os fundamentos ontológicos do trabalho na vida do ser social, logo em seguida trataremos o trabalho na particularidade sócio-histórica brasileira, e, por fim, apresentaremos o trabalho no capitalismo contemporâneo

O trabalho como categoria central na vida do ser social refere-se à atividade humana que gera valor de uso e que estabelece uma relação direta entre o homem e a natureza. Essa relação tem sido tensionada historicamente pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho; nesse cenário discutir a centralidade dessa categoria tão intimamente ligada ao desenvolvimento do ser social, numa tentativa de restabelecer o lugar do trabalho na ontologia do ser social torna-se imperioso.

O trabalho concreto diverge do trabalho abstrato, no trabalho concreto o ser social tem um profundo conhecimento dos meios constituintes do seu trabalho, conhece o princípio, o meio e o fim, estabelece uma relação de pertencimento à sua atividade, essa lhe causa alegria, lhe dá prazer, ao final desse processo o criador se reconhece na sua criação. Já o trabalho abstrato, objeto deste estudo, é um trabalho degradante, alienado, que causa ao homem estranhamento, que o torna prisioneiro, submisso aos imperativos do Capital, que extrai da classe trabalhadora de maneira cruel e virulenta a mais-valia, e essa extração se torna cada vez mais perversa no bojo da sociedade capitalista contemporânea.

Essa metamorfose no mundo do trabalho tem seu fulcro no bojo da sociedade capitalista, e vem se tornando mais virulenta nas últimas décadas com os imperativos de maximização dos lucros, extração da mais-valia, flexibilização do trabalho e financeirização do capital. Essas mudanças tornam o trabalho cada vez mais precário e reduzem a classe trabalhadora a meros sobreviventes vitimados pela ganância capitalista, que lhe arrancam tudo que pode, sugam-lhe ao máximo e depois os descartam como a um objeto qualquer.

A mais violenta sequela dessas transformações é o aumento sem precedentes desemprego estrutural⁸ que atinge o mundo em escala global, presencia-se o arrefecimento do

⁸ Segundo Alves (1999), se, por um lado, sob a mundialização do capital, ocorre o crescimento da classe dos trabalhadores assalariados, com a particularidade da redução e metamorfose da classe operária tradicional, do crescimento dos assalariados dos “serviços” da proliferação do trabalho assalariado “precário”, ou dos subproletariado tardio; por outro lado, instaura-se, como um componente contraditório do desenvolvimento

operariado fabril, mas em contrapartida vivencia-se o aumento do subproletariado, marcado pela desregulamentação dos direitos da classe trabalhadora e pela precarização do trabalho. Trazer à luz esse debate abre caminhos para pensarmos alternativas para o enfrentamento do capitalismo e de sua ordem destruidora.

2.1. Os fundamentos ontológicos do trabalho na vida do ser social.

Sendo o trabalho o elemento fundante da vida humana, ele ocupa um espaço significativo no processo da sociabilidade do homem. O trabalho não serve apenas para satisfazer as necessidades básicas do ser social, mas é antes de tudo um espaço privilegiado para identificação deste, enquanto ser dotado de potencialidades e de um pôr teleológico que lhes possibilita desenvolver suas habilidades através de projeções orientadas a um fim. Foi por meio do trabalho que o homem conseguiu diferenciar-se dos outros animais. “Depois desse salto, tem sempre lugar o aperfeiçoamento da nova forma de ser”. (LUKÁCS, p.227)

Foi necessário um longo período de tempo para que a raça de macacos que um dia deixou de utilizar as mãos para se locomover, atingindo assim a posição ereta, pudesse com o aprimoramento de suas mãos transformar uma lasca de sílex em um machado. Contudo, um passo decisivo na história do homem já havia sido dado. As mãos que até então estavam condicionadas ao ato de ajudar uma determinada raça de macacos a se locomoverem se torna livre e adquire cada vez mais habilidades e destreza, aumentando também a capacidade de transformar a natureza, tais características foram transmitidas para outras gerações.

Com o aperfeiçoamento das mãos o homem começou a dominar a natureza e a descobrir nela propriedades que até então lhes permaneciam ocultas. Assim é correto afirmar que o trabalho deu ao homem a capacidade de desenvolver suas habilidades adormecidas, o trabalho aprimorou, aperfeiçoou e socializou o homem. No entanto, Lukács chama-nos atenção para algo sumamente importante:

O momento essencial da separação é constituída não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que já no início do processo existia “na representação do trabalhador”, isto é, no plano ideal. (LUKÁCS, 2007p.228)

capitalista, o crescimento do desemprego estrutural, com a constituição de um novo patamar de exclusão social nos principais países capitalistas. (ALVES, 1999)

Compreende-se que o homem antes de criar determinado objeto ou mesmo antes de desenvolver qualquer atividade ele projeta em sua mente o objeto de sua criação, ele realiza uma atividade orientada para um fim, ao término de sua atividade ele pode contemplar o que antes havia projetado. É esse ato consciente, de realizar uma atividade orientada para um fim, que diferencia o homem de qualquer outro animal. Elucidemos essa afirmação à luz do pensamento de Marx:

Pressupomos o trabalho numa forma que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes as do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. (MARX, 2004, p.36)

Ao construir um determinado objeto o homem o faz de maneira consciente, sabendo que ao final de sua atividade alcançará o objetivo esperado, a abelha por sua vez, constrói seu favo de mel de maneira instintiva, não a projeta antes, não a faz orientada para um fim, apenas realiza algo que é próprio de sua natureza animal. Outro fato importante de perceber é que ao atuar sobre a natureza o homem a transforma e a submete a ele, o animal por sua vez apenas retira dela o necessário para sua sobrevivência.

Para exemplificar melhor a afirmação acima no que concerne ao fato do homem atuar sobre a natureza transformando-a e submetendo-a a sua vontade, tomaremos o exemplo das grandes construtoras, que na corrida pela acumulação do capital, desenvolvem projetos imobiliários que na maioria das vezes ocupam o lugar da natureza, devastam matas, retirando o habitat natural de diversas espécies de seres vivos que habitam nesses locais e ali constroem empreendimentos sem se importar com os impactos ambientais que essas construções irão causar à aquelas localidades, tornando assim conflitante a relação homem natureza.

Para Lukács (2007), o trabalho no plano ontológico, possibilita ao homem um desenvolvimento superior, uma vez que ele altera a adaptação que até então ocorria de forma passiva e reativa do processo de reprodução ao mundo circundante, pois agora esse mundo é transformado de maneira consciente e ativa. Diferentemente dos outros animais que modificam a natureza pelo simples fato de estar nela, o homem a modifica tornando-a submissa a ele, destruindo-a. Sobre isso Marx assevera que:

Antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes á sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica a própria natureza. Ele desenvolve as potências

nela adormecidas e sujeita ao jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2004, p.36)

Ao mesmo tempo em que o homem realiza uma atividade laborativa ele aprimora sua atividade criativa, observa o que está fazendo com o objetivo de aperfeiçoar, desenvolver mecanismos que torne sua atividade cada vez mais polida. Nesse momento, o homem não tem condições objetivas de prever todos os acontecimentos de sua atividade, pois esta atividade pode tanto ser bem sucedida quanto pode causar destruição total, porém essa incerteza não o impede de criar, de dar passos em direção ao novo, ele precisa avançar mesmo correndo o risco de errar. Essa situação é inseparável do processo de desenvolvimento do trabalho; quanto mais o trabalho se aperfeiçoa mais se abrem as possibilidades de atuar sobre ele e com maior intensidade. Sendo assim:

...as novas posições teleológicas devem entrar em ação no mesmo momento em que surge a divisão do trabalho, e continuam a ser mesmo posteriormente um meio indispensável em todo trabalho que se funda sobre a divisão do trabalho. Com a diferenciação social de níveis superior com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia. (LUKÁCS, 2007, p.234)

A classe dominante então se apropria dessas novas “posições teleológicas” para legitimar-se enquanto classe superior a qual está destinada o trabalho intelectual, cabendo então à classe dominada o papel de executar os trabalhos manuais e degradantes. Está estabelecido então um conflito de classes antagônicas, ao tornar-se consciente desse conflito o homem insere-se nele por meio de luta, esses conflitos cercam cada vez mais a totalidade da vida social. Essa afirmação pode ser comprovada no setor da construção civil, uma vez que de um lado estão os que desenvolvem o trabalho intelectual, engenheiros, arquitetos, técnicos em edificações, que gerem o processo de trabalho, projetam, desenham, controlam, mas não colocam as mãos na massa de fato. Muitos deles não sabem sequer segurar uma colher de pedreiro, porém são ágeis na arte de projetar. Do outro lado, estão os peões que executam todo o trabalho manual com destreza e maestria, mesmo que não saibam ler ou escrever conseguem ver quando uma parede está apumada, conseguem calcular a metragem de cerâmica para cobrir determinada área, dentre outras habilidades; esse trabalho é denominado trabalho manual, executado por pessoas com baixa qualificação.

Ao analisar o processo de trabalho, Marx traz a importância das ferramentas utilizadas como meio de trabalho, afirmando que para compreender as formas socioeconômicas existentes é preciso conhecer as ferramentas utilizadas para esse fim, segundo ele: “a mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidos, os restos dos meios de trabalho têm para apreciação das

formas socioeconômicas desaparecidas”. Os meios de trabalho então, indicam o nível de desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que mostram as condições sociais sob as quais esse trabalho era realizado; capaz de indicar o grau de humanização do ser social.

Vimos até aqui que o trabalho exerceu e continua exercendo um papel fundamental na vida do ser social e na sua formação como um todo, ao atuar de forma consciente sobre a natureza, colocando-a a sua disposição e todos os seus recursos sob o seu domínio, o homem projetou, criou, inovou, descobriu técnicas de aperfeiçoamento, sempre impulsionado pelo desejo de se superar e ultrapassar seus limites. Sendo assim, pode-se dizer que o trabalho é o grande responsável pela criação do ser social, porém no sistema de produção capitalista esta relação homem/trabalho encontra-se em conflito. O homem criado pelo trabalho já não se reconhece mais como produto dele, mas sim como algo submisso a ele (o trabalho). Vejamos:

...quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto melhor formado seu produto, mais deformado ele fica; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna, quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e de natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2004 p.179)

Percebe-se aqui, que o mesmo trabalho que criou o homem, agora começa a degradá-lo. O homem vive condicionado à sua atividade laborativa, atividade esta que o aprisiona, deforma, imbeciliza. É como se o trabalho agora fosse dotado de vontade própria, cuja satisfação maior está em dominar o homem e reduzi-lo ao seu estado animal. Para melhor elucidar essa afirmação tomemos as palavras de Marx ao afirmar que: “o homem só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito na habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano e o humano, animal”. (MARX,2004 p.181).

Mas uma vez trazemos os trabalhadores da construção civil para elucidar essa assertiva, eles são exemplos desse trabalho degradante que reduz o homem à sua condição animal, pois vivem para trabalhar, enfrentando uma jornada de trabalho árdua, degradante e exaustiva. Nas metrópoles, fazendo um recorte especialmente para a cidade de Salvador Bahia, lócus deste estudo, os trabalhadores acordam cedo para pegar uma condução em direção aos canteiros de obras. Geralmente, são viagens longas, visto que eles saem das periferias em direção às áreas nobres, adentram os canteiros de obras para realizarem atividades braçais e pesadas. Ao fim da tarde realizam o mesmo percurso em direção às suas casas. Questiona-se: qual o tempo e quais as condições que esses trabalhadores têm para o lazer, para o descanso? A resposta é óbvia: nenhum! Assim, restam para eles apenas as

atividades que são comuns a qualquer outra espécie de animal: comer, dormir e procriar. Trataremos mais a fundo estas questões nos próximos capítulos.

2.2. O trabalho na particularidade sócio-histórica brasileira.

O Brasil faz parte de um continente que nasceu sobre a égide do trabalho, continente este que antes de ser colonizado era povoado por índios nativos, que sobreviviam da caça, da pesca, da extração de minérios e da agricultura. Sua economia era baseada na subsistência, eles extraíam da natureza tudo que necessitavam para sua subsistência.

Entre os séculos XVI e XIX foram desenvolvidas as principais formas de trabalho existente na sociedade colonial. De início o trabalho era voltado para a exploração dos índios, na qual os colonos se apropriavam do trabalho dos nativos e em troca dessa apropriação garantia-lhes a subsistência. Outra forma de trabalho presente nesse momento foi o trabalho escravo africano, no qual a burguesia comercial europeia trazia pessoas do continente africano para trabalhar nos países da América Latina. Reside aqui, o intercâmbio mercantil que nasceu o escravismo colonial.

As várias modalidades de atividades produtivas, bem como a formação do mercado interno, criaram condições favoráveis para a implantação do trabalho assalariado em nosso continente. O trabalho assalariado passou então a vigorar no século XIX, com a expansão do capitalismo industrial, que exigia a ampliação do mercado consumidor. Para isto, fez-se necessário também a inserção do trabalho assalariado na sociedade colonial.

A incompatibilidade entre escravo e mercadoria passou então a vigorar no Brasil a partir do momento que o setor econômico-social experimentou um processo de transformação acelerada. Nesse momento, a escravidão e a mercadoria não tinham condições de coexistirem, pois para que o trabalho passasse a assumir a condição de mercadoria⁹ era preciso que seu agente fosse livre, e dispondo de sua liberdade ele teria condições de vender sua força de trabalho no mercado.

Por essas razões, torna-se possível e necessário redefinir social e moralmente o trabalho produtivo, as relações de produção e, em consequência, o próprio *status* jurídico do trabalhador. A dignificação das atividades braçais ocorre na segunda metade do século XIX, em concomitância com o abolicionismo e a imigração, a modernização da cafeicultura e o primeiro surto de criação de unidades fabris, é o processo ideológico por meio do qual rompe, ao mesmo tempo, a contradição entre mercadoria e o escravo, entre os princípios da igualdade e da liberdade, por um lado, e a escravidão por outro. IANNI, 2004, p.50)

Nesse período a sociedade passou por transformações substanciais; a divisão do trabalho se desenvolveu de maneira acelerada, aumentando as ocupações que já existiam e criando novas ocupações, tornando assim o ambiente favorável para o surgimento dos novos grupos sociais, bem como diferentes concepções sobre a economia, política, sociedade,

⁹ É válido trazer a reflexão de Marx sobre Mercadoria no qual ele afirma que: A mercadoria é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui, também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, ou como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção". (MARX, Karl, o Capital: crítica da economia política, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

economia mundial, etc. Nessa ocasião, a estrutura econômico-social brasileira metamorfoseou-se profundamente; houve um aumento da produção mercantil e, ao mesmo tempo, novos interesses econômicos foram gestados.

Assim, o trabalho no Brasil vai ganhando novos contornos movimentando-se em direção ao sistema capitalista. O trabalho escravo já não responde mais aos anseios do atual modo de produção, eles se tornaram muito onerosos para seus senhores. O progresso do sistema econômico social nesse momento está atrelado à eliminação do trabalhador da esfera dos meios de produção, a fim de que fosse criado um mercado de mão de obra livre, capaz de lançar para frente esse novo sistema de trabalho.

A expansão econômica e social do Brasil na segunda metade do século XIX se deu através do crescimento da cafeicultura, bem como pela prosperidade da lavoura da cana-de-açúcar, do algodão, da borracha e de outros produtos agrícolas. Essa expansão na economia provocou o aumento do valor do comércio internacional. Uma parcela do valor proveniente da exportação era aplicada na própria agricultura e a outra era utilizada para investir no comércio da manufatura, na produção artesanal, nos setores de serviços e no setor fabril; dando início ao processo de industrialização.

Nesse momento torna-se evidente a falta de mão-de-obra para trabalhar tanto nas fazendas de café quanto nas indústrias fabris e no artesanato, essa falta de trabalhadores significou um grande problema para a economia, pois foi justamente nesse momento que as fazendas passam a assumir características de empresas e ocuparem um lugar privilegiado na economia nacional, visto que a exportação desses produtos agrícolas estava movimentando o mercado nacional ampliando a organização do capital.

Mesmo os escravos sendo transferidos de outras províncias para trabalhar em São Paulo, ainda assim não atingia a quantidade suficiente de mão de obra necessária para atender as necessidades da cafeicultura. Somando este a outros fatores importantes, o Brasil abre as portas para os imigrantes europeus que deixavam seus países em busca de melhores condições de vida. Porém, é válido salientar que a integração dos europeus no trabalho das fazendas de café não ocorreu de maneira totalmente pacífica, mesmo com os incentivos do governo para sua instalação como parte integrante da formação da massa trabalhadora do país.

O contrato de trabalho existente nessa época estava pautado no sistema de parceria, esse sistema efetivava-se da seguinte forma: existia um contrato entre os donos das terras e os trabalhadores no qual ficava estabelecido que os donos das terras forneceriam os meios de produção, ou seja, a terra e as sementes para o plantio e em contrapartida os trabalhadores entravam com sua força de trabalho, limpando a terra, preparando-a para o cultivo; logo em

seguida, esses trabalhadores cultivavam a terra e plantavam as sementes. Eles também eram os responsáveis pela colheita. Depois de passado o período do plantio e da colheita, o lucro líquido desses produtos era dividido entre os trabalhadores e os donos das terras.

Posteriormente, esse sistema de parceria caiu em desuso, e em seu lugar emergiu o trabalho assalariado. Nesse regime de trabalho, os trabalhadores recebiam um valor em dinheiro para realizar suas atividades laborativas. Esse sistema de trabalho assalariado correspondia aos anseios dos imigrantes, visto que no sistema anterior ainda existiam ranços da administração escravocrata, o que tolhia o ajustamento do colono.

O processo de industrialização veio redefinir as forças de trabalho e diferenciar a mesma de acordo com as atividades produtivas que cada um realizava. Nesse sentido, a absorção dos imigrantes no mercado de trabalho se deu de maneira mais fácil se for comparado com a absorção dos negros, pois os donos das empresas preferiam contratar os imigrantes ao invés de abrir espaço de trabalho para os negros.

Desse modo, o novo regime de trabalho não significou para o negro uma nova oportunidade de vida, com garantias de direitos e com efetiva liberdade, os negros foram lançados à própria sorte, sem nenhuma garantia de assistência que lhes dessem a possibilidade de viver nesse regime de trabalho. Os senhores não assumiram nenhuma responsabilidade para com os recém-libertos, nem o Estado e nem a Igreja ou mesmo qualquer outra instituição, assumiram a responsabilidade de prepara-los para o trabalho livre. “O liberto se viu senhor de mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva” (FERNANDES, 2008, p.29).

Os ex-escravos, egressos do regime escravista, agora precisavam se enquadrar no novo regime de trabalho, porém as condições objetivas não eram nada favoráveis para eles, pois nos locais de baixa produção os escravos tinham que escolher entre o trabalho em condições semelhantes às que eles viviam no antigo regime, e a deterioração de suas condições econômicas, unindo-se à parcela de desocupados e semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. (FERNANDES, 2008)

Já nos locais de alto nível de produção, existiam possibilidades de criar um mercado de trabalho. Nessas regiões os ex-escravos tinham que concorrer com os imigrantes europeus. O que era extremamente prejudicial e desleal para negros, pois os imigrantes europeus eram considerados mais dóceis ao novo sistema de trabalho, enquanto que os ex-escravos se recusavam a trabalhar nesses novos moldes de trabalho que lhe remetiam ao seu passado recente. Conforme assevera Fernandes (2008):

(...) o liberto se defrontou com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente (...). Quando se acelera o crescimento econômico da cidade, ainda nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizados pelos brancos e serviam de trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abriam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminando para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais. (FERNANDES, 2008, p.33-34)

O sistema escravocrata deformou o negro, limitando suas possibilidades de enquadrar-se ao novo regime de trabalho livre agora vigente na sociedade. Os imigrantes não se importavam em realizar tarefas degradantes e concorriam de maneira desigual com o negro que acabara de sair de um modo de trabalho cruel e violento, e temia defrontar-se novamente com esse trabalho, agora de maneira mascarada com aspectos de trabalho livre. Conforme Ianni, 2004:

A própria massa imigrada estava interessada em distinguir-se da escravaria e, mais ainda, valorizar-se muito mais do que a massa escrava. O imigrado considerava-se diferente e melhor que o escravo ou ex-escravo. Incorporo rapidamente os padrões discriminatórios dominantes na sociedade brasileira, apresentando-se, pois privilegiado no mercado de trabalho. (IANNI, 2004, p.17)

Neste sentido, fica claro que a abolição da escravatura somada à imigração europeia tornou o ambiente favorável para instalação do mercado de trabalho livre. Assim, quando a demanda por ocupações foi maior que a oferta e ao mesmo tempo seletiva, os negros ocuparam o último lugar e serão eles que, posteriormente, irão contribuir para a formação do exército de reservas que vegetará nos centros dominantes, como Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, etc. e alimentarão a expansão na economia nacional. (IANNI, 2004).

2.3. O trabalho no capitalismo contemporâneo.

No estreio do século XX duas formas de organização de produção industrial provocaram mudanças importantes no universo fabril: o Taylorismo desenvolvido por Frederick Winslow Taylor e o Fordismo desenvolvido por Henry Ford. Esses padrões de produção industrial tinham por objetivo a maximização dos lucros e a produção em massa.

No modo de produção Taylorista, o funcionário era especializado para desenvolver apenas uma função, no menor período de tempo possível, desse modo Taylor aperfeiçoou o processo de divisão do trabalho de forma que o conhecimento do processo produtivo era de responsabilidade apenas do gerente que tinha a função de fiscalizar o operário, este apenas

deveria executar a tarefa para a qual foi designado, tornando-se assim estranho ao objeto produzido por ele mesmo.

O Fordismo teve como principal característica a introdução da linha de montagem, o operário ficava em um determinado local realizando uma atividade específica. As máquinas eram quem comandava o ritmo do trabalho, cada funcionário era especializado para realizar uma etapa do processo produtivo¹⁰, as atividades eram repetidas exaustivamente durante toda a jornada de trabalho, tornando assim o trabalho do operário um trabalho alienado e hostil.

Nos anos 70 o binômio Taylorismo/Fordismo entrou em colapso em meio à crise estrutural do capitalismo. Nesse momento o Taylorismo/Fordismo foi substituído por um modelo de gestão mais flexível e mais adequado às exigências do capitalismo de mercado global.

A crise do fordismo veio desestruturar as dimensões espaciais da produção e reprodução do capital. Nota-se, neste momento, uma grande mobilidade por parte dos trabalhadores em direção às grandes metrópoles industriais para desenvolverem micro atividades industriais em outros territórios, sendo essas atividades formais ou informais, caracterizando assim um movimento inverso ao Taylorismo, no qual as forças de trabalho caminhavam em direção as metrópoles para trabalhar nas grandes indústrias.

A partir da década de 80 surgiram novos processos de trabalho, no qual os antigos modos de produção foram substituídos pelos novos. Apresenta-se a flexibilização; busca-se novos padrões de produção adequando-os assim à lógica do mercado. Nesse momento, presencia-se a desconcentração industrial; procura-se novos padrões de gestão da força de trabalho, o Toyotismo substitui o Taylorismo-fordismo. Nessa conjuntura, vivencia-se uma forma transitória de produção, cujos desdobramentos irão rebater nos direitos do trabalho. Estes serão desregulamentados e flexibilizados tornando assim o ambiente propício para a instauração do capital em sua nova fase. “Essas transformações presentes ou em curso, em maior ou menor escala [...] penetram fundo no operariado industrial tradicional acarretando metamorfose no trabalho” (ANTUNES, 2009, p.206).

¹⁰ Esse processo de divisão do trabalho especializado, que vigora no modo de produção fordista vem confirmar a assertiva de Marx em o Capital, no capítulo I, sobre a mercadoria, quando diz que: numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho. (Marx, 1983, p.50).

Nesse processo de transformação do trabalho, nota-se uma crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho¹¹. Percebe-se a ampliação do assalariamento no setor de serviço e efetiva-se uma expressiva terceirização nos diferentes setores produtivos. Os avanços tecnológicos trouxeram uma redução no quantitativo de operários tradicionais alterando qualitativamente o trabalho. Surge assim o trabalhador qualificado, polivalente, apto a trabalhar como supervisor ou regulador da produção.

A era de mundialização do capital que estamos vivenciando tem seu fulcro no projeto político e econômico neoliberal, caracterizado pela reestruturação produtiva. Segundo Druck (2011), “existe uma categorização da nova fase do capitalismo contemporâneo, também chamado de capitalismo flexível, segundo denominação de (Sennett, 1999), ou de acumulação flexível, segundo denominação de (Harvey 1995)”. Nessas denominações ficam subtendidas que o capitalismo ao longo do seu desenvolvimento passou por transformações importantes que culminaram na sua reconfiguração. Mesmo mantendo sua essência de relações sociais assentadas sob o trabalho assalariado independente do tipo de contrato assinado entre patrão e empregado. Sobre a acumulação flexiva, Druck 2011 elucida que:

A acumulação flexível, que tão bem caracteriza o capitalismo contemporâneo, tem sua origem na busca por superar uma conjuntura de crise de outro padrão de desenvolvimento capitalista, marcado pelo fordismo e por um regime de regulação cuja experiência mais completa se deu nos países que conseguiram implementar um estado de bem-estar, experiência que nem mesmo na Europa se generalizou. (DRUCK, 2011, p.42)

As modificações trazidas pela ruptura com o padrão fordista gestaram um modo de trabalho e de vida pautado no trabalho precário e flexível. Estas transformações têm seu ponto de apoio nos processos de financeirização da economia, na busca de viabilizarem a mundialização do capital. Essas transformações na esfera financeira determinaram todos os outros empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada numa nova configuração do Estado que passa a desempenhar a função de gestor dos interesses da burguesia, agindo em defesa da desregulamentação do mercado.

Nesse cenário de transnacionalização do capital, a classe trabalhadora assume uma forma bastante complexa. Ela se reconfigura nos âmbitos locais, regionais e nacionais, que se

¹¹Sobre o aumento do contingente de mulheres no mercado de trabalho Antunes faz a seguinte observação: Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atingem mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. (...) sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo ocorre com o que concerne aos direitos e condições de trabalho. (ANTUNES, 2009, p.105).

amplia por meio das conexões da cadeia produtiva que tem se tornado cada vez mais internacional. As grandes empresas se instalam em países de terceiro mundo e nas regiões mais pobres para explorar a classe trabalhadora, com ofertas de baixos salários, trabalhos exaustivos e pouco qualificados. Isto, porque quando uma corporação nacional vem se instalar nos países considerados de terceiro mundo, apenas as atividades manufatureiras e com baixa tecnologia são fixadas nesses países. Já o controle sobre as decisões continuam localizadas em suas metrópoles.

Ao abrir as portas para a economia de fluxo financeiro global, o Estado dos países de terceiro mundo é obrigado a aceitar as exigências do mercado financeiro internacional e como consequência dessa submissão, sua autonomia nas tomadas de decisão fica comprometida, o Estado precisa garantir que nada coloque em risco os interesses do capital. Dessa forma, o Estado se torna um grande aliado do capital estrangeiro.

A preeminência do setor financeiro ultrapassa a esfera econômica do mercado e repercute em todas as áreas da vida social, gestando um novo modo de trabalho que coisifica o trabalhador e o submete a jornadas de trabalhos exaustivas, com contratos precários e destituídos de direitos que foram conquistados às custas de muitas lutas. Vive-se a era do descartável, do efêmero e da volatilidade.

A produção em curto prazo requer processos rápidos de produção e de trabalho, e para que os processos ocorram de maneira rápida é necessário que os trabalhadores se submetam a condições de trabalhos precárias para atender aos apelos do mercado. Nessa nova fase do capitalismo, o que conta é a especulação financeira ao invés da produção em massa da era fordista, pautada na rapidez, no cumprimento de curtos prazos. Para se manter no mercado internacional as empresas produzem em escala de tempo cada vez menor, não se importando com a qualidade nem com a durabilidade dos produtos muito menos com a vida dos trabalhadores. Sobre essa nova fase do capitalismo Druck advoga que:

Assim, não é mais o padrão da sociedade do pleno emprego, mas o de uma sociedade de desempregados e de formas precárias de trabalho, de emprego e de vida que passa a predominar também onde se tinha atingido um alto grau de desenvolvimento econômico e social, a exemplo dos países que tiveram as experiências dos Estados de Bem-Estar Social. (DRUCK, 2011, p. 43)

Deste modo, configura-se a acumulação do capital que rege a sociedade capitalista na corrida pelos lucros e superlucros, estimulada pela concorrência do capitalismo mundial. O trabalhador, nesse novo modelo de acumulação, passa a viver amargando a angustia de dormir empregado correndo o risco de no outro dia acordar fazendo parte da massa de trabalhadores desempregados. Essa instabilidade faz com que eles se submetam a condições de trabalho

precárias e vulneráveis, próprias do sistema capitalista. De acordo com Antunes 2009, p. 112, O mundo capitalista hostiliza esses trabalhadores, que na sua maioria são herdeiros de uma “cultura fordista”, que preconiza o trabalho especializado e unilateral. Sendo assim, o oposto do operário polivalente e multe profissional requerido na era Toyotista.

No contexto brasileiro, a crise do fordismo assumiu características muito específicas. Características estas que por sua vez reforçam o caráter de fordismo periférico, que diminui o acesso de homes e mulheres ao mundo do trabalho remunerado e registrado, com proteção social. Já para os que ainda possuem trabalho, o que existe é uma crescente precarização das relações de trabalho, redução nas garantias trabalhistas e o aumento da submissão à lógica do mercado.

Essa cruel lógica do mercado, seleciona uma pequena porção de pessoas qualificadas para permanecer no mercado de trabalho, visando os lucros, com base em um discurso democrático de adequar-se às novas formas de produção e à modernidade, excluindo assim uma grande parte dos trabalhadores considerados não aptos para esse novo modelo de trabalho.

Mesmo a precarização das relações de trabalho, sendo uma tendência mundial, é impossível comparar as suas implicações nos países desenvolvidos com aquelas em países como o Brasil. Os países desenvolvidos possuem uma cidadania relativamente forte, com outra historicidade, são permeados por várias conquistas sociais e direitos que garantem uma sobrevivência digna aos seus cidadãos. Já no que toca o Brasil, pode-se constatar que o próprio Estado se colocou politicamente ao lado do capital, não se preocupando em promover o bem-estar do seu povo, em nome do crescimento econômico. Sendo assim, pode-se afirmar que no Brasil:

A resposta à crise dada pelo capital tem contado com este "aliado" histórico fundamental e indispensável. Nas condições atuais, torna-se ainda mais transparente esta arbitragem comprometida do Estado, quando, na própria legislação, são criados mecanismos facilitadores do processo de modernização das relações de trabalho. É o caso, por exemplo, da remoção de qualquer obstáculo legal ao mecanismo da terceirização. Ou, o caso do desmonte gradativo e intencional do Estado, com o esvaziamento dos órgãos de fiscalização, que não dão conta do descumprimento sistemático da legislação por parte do patronato. (DRUCK, p.4)

Tem-se então um cenário favorável para que o capital se instale com toda sua força e brutalidade, com sua política neo-liberal, que prima pela competitividade, numa tentativa de superação da crise por meio da implementação das novas formas de gestão do trabalho.

O Toyotismo assumiu diversas formas de adaptação no Brasil, existem várias fases de sua aplicação, a fase que corresponde a década de 90, é a fase da qualidade total, na qual prioriza-se os serviços especializados para a realização de determinadas atividades. Nesse

período, aumenta-se a busca pelos serviços terceirizados, como por exemplo, setor de limpeza, segurança patrimonial, dentre outros. Percebe-se que nesse processo de terceirização, o que importa para a empresa é a redução dos custos, as empresas não estão “preocupadas com a qualidade das condições de vida e de trabalho do trabalhador” (Druck, p.11), ocorrendo então uma intensificação do trabalho polivalente, na qual os trabalhadores assumem diversas funções, sem ter sequer o preparo adequado para realizar tal tarefa. Ao mesmo tempo que não existe nenhum tipo de correção salarial, uma vez que um mesmo funcionário realiza diversas atividades além daquela para a qual foi contratado.

Outro problema da terceirização é a redução do quadro de empregados dentro da empresa, o que resulta no aumento de uma massa de pessoas desempregadas na sociedade tentando ingressar no mercado de trabalho. O que abre espaço para as empresas contratantes ditarem suas próprias regras, submetendo seus empregados a uma vida de incertezas e instabilidade, pois podem ficar desempregados a qualquer momento, já tendo pessoas para lhes substituir. Nesse contexto, cai por terra o discurso de parceria e participação entre os “colaboradores” internos da empresa, pois esses vivem à sombra da desconfiança e do medo, travando uma eterna competição com seus próprios companheiros, na tentativa de assegurar seu trabalho.

É importante lembrar que apesar de a luta de classes está inscrita nas relações antagônicas entre capital e trabalho tanto no século XX quanto no século XXI, a organização da classe trabalhadora vem enfrentando grandes desafios. A fragilidade das organizações sindicais nas últimas décadas não tem conseguido frear o processo de precarização do trabalho, com isso apreende-se que as transformações ocorridas no mundo do trabalho têm afetado a classe trabalhadora na sua totalidade, principalmente nas formas de organização para o enfrentamento das barbáries provocadas pelo capitalismo. Druck aprofunda essa discussão afirmando que:

A violência da ofensiva liberal no contexto da globalização foi de natureza material e simbólica. A reestruturação produtiva e do trabalho – via demissões, enxugamentos, terceirização, polivalência –, inspirada no modelo japonês, levou, no plano objetivo, a condições de fragilização dos trabalhadores e de sua capacidade de luta, que foram reforçadas, no plano subjetivo, pela defesa de uma política e uma atuação sindical dentro dos limites dessa nova ordem (neoliberal) do capital, neutralizando a vontade política coletiva no sentido de não apenas resistir, mas de buscar rupturas com essa nova ordem.

Do mesmo modo que o capital se utiliza de suas estruturas mundiais e dispõe cada vez mais de seus organismos internacionais para aumentar a lucratividade, subjuga a classe trabalhadora, disciplinando-a a favor do capitalismo e de suas novas configurações. Nesse sentido faz-se necessário a classe trabalhadora se unir e se reconhecer enquanto classe

organizada, superando os limites das fronteiras, na busca de uma nova organização sindical, capaz de romper com as estruturas tradicionais e burocráticas, a favor dos interesses do capital. Somente assim será possível romper com a lógica do capitalismo. Assim, torna-se necessária e atual a célebre conclamação de Marx à classe trabalhadora do mundo inteiro: ‘Proletários de todos os países, uni-vos!’ (Marx, 1998, p.65).

3. A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A indústria da construção civil constitui um ramo de atividade com grande importância no cenário da economia nacional, porém ele é marcado por fortes expressões da precarização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea. De acordo aos dados do DIEESE 2012, no Brasil, em 2010, o setor da construção civil era responsável pela ocupação de 6,3 milhões de trabalhadores, o que corresponde a 1,7 milhão a mais do que o contingente de trabalhadores registrado em 2000 (4,6 milhões). A forma de contrato que respondeu pela maior parte do aumento de postos foi o trabalho assalariado com carteira assinada, com um aumento de mais de 1,1 milhão de pessoas e variação de 91,3% entre 2000 e 2010.

A informalidade nesse setor é uma característica bastante presente, e ela vem acompanhada por vários agravantes, a começar pela negação dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários. Nesse cenário, encontra-se também a ampliação de 34,3% do número de trabalhadores autônomos nesse ramo de produção, o que equivale a quase 600 mil trabalhadores. Observa-se, ainda que em menor intensidade, um crescimento no número de assalariados sem carteira de trabalho assinada (DIEESE 2012).

Na tentativa de reduzir os custos da produção, os empresários buscam as terceirizadas, empresas que atuam à margem da legislação trabalhista, conseguindo desta forma oferecer preços reduzidos, diminuindo assim os custos da mão-de-obra. Com isto, o trabalhador é penalizado pelo rebaixamento de seu salário, além de estar totalmente desprotegido pela legislação, bem como está o tempo todo vulnerável aos iminentes riscos de acidentes de trabalho que podem ocorrer nessa atividade, que é considerada como uma das atividades mais perigosas do mundo. Conforma elucida Andrade:

A precarização do trabalho é um fenômeno que se expande como núcleo do receituário econômico no padrão de acumulação flexível, e é absorvido nos diferentes países, entre outros aspectos, pela acirrada competitividade inter-empresas – que disputam na procura de menores custos, particularmente na redução do preço da força de trabalho que é o principal custo produtivo, e ampliação do mercado de consumo – e pela globalização da economia que busca coadunar a esfera econômica internacional solapando as políticas públicas de cada país. (2015, p.40)

Desta forma, torna-se evidente que para o dono do capital o que importa é produzir, lograr lucros altíssimos às custas da precarização dos seus trabalhadores. Eles compreendem que a presença dos trabalhadores em sua empresa é apenas para servi-los, para serem explorados e dominados por eles. Assim, a relação patrão empregado é a todo tempo tensionada pelas relações de poder, na qual o trabalhador é a todo tempo rebaixado e visto como uma mercadoria que está a serviço do capital. Ora, enquanto ele consegue responder aos

seus anseios ele é útil, a partir do momento que deixa de ser produtivo, ele é expurgado do mercado de trabalho.

De acordo com Oliveira e Iriart, 2008; a presença marcante da informalidade neste setor deriva, em parte, da utilização de mecanismos de redução de custos, a partir da contratação de empresas, geralmente de pequeno porte. Essa reestruturação produtiva, acompanhada pela globalização da economia tem intensificado tanto o trabalho informal, quanto a rotatividade da força de trabalho. É importante salientar que, a alta rotatividade também é uma característica fortemente presente no setor da construção civil, devido a intermitência das obras. Tem-se então, um trabalho totalmente fragmentado, o que contribui para a formação do exército de reservas, que é utilizado o tempo todo a favor da classe dominante para coagir seus funcionários e mantê-los à sua disposição, e sobre o seu inteiro domínio.

A descontinuidade produtiva, consequência do trabalho fragmentado, fruto da reestruturação do trabalho, que advoga a produção em etapas sucessivas, é uma característica bastante presente nesse setor produtivo. Em um canteiro de obras existem etapas definidas de produção e a cada fim de ciclo concluído, uma quantidade de trabalhadores é demitida e outra parcela já está pronta para começar uma nova etapa da produção, e, assim, sucessivamente. Cada etapa deste ciclo produtivo tem um período de tempo determinado para se encerrar, o mais rápido possível. Para que essa etapa se conclua no espaço de tempo determinado, é adotado o sistema de produção, o que torna a jornada de trabalho mais exaustiva e intensa.

Não obstante a real importância desse setor para a economia mundial, é necessário destacar que a construção civil carrega uma triste realidade de rompimento de vínculo familiares, de precarização, de transtornos físicos e psíquicos, exploração, invisibilidade e discriminação dos trabalhadores, sem contar com os níveis altíssimos de acidentes que permeiam esse ramo de atividade, ocasionados pelo descaso dos contratantes com a proteção e integridade de seus empregados.

Mesmo com todas essas características de precariedade que circundam o trabalho na construção civil, muitos trabalhadores recorrem a ele como último recurso para adentrar o mercado de trabalho, no intuito de garantir sua sobrevivência. A grande maioria dos trabalhadores deste setor é composta por negros, chefes de família, com baixa escolaridade e baixo nível socioeconômico.

Além da informalidade, o trabalho no setor da construção civil carrega outros agravantes que tornam essa atividade mais precária, como é o caso do alto nível de risco que esses trabalhadores enfrentam ao realizarem suas atividades laborais, independentemente do

vínculo empregatício estabelecido. Um canteiro de obras é cercado por fatores de risco à saúde do trabalhador, locais insalubres, trabalho em altura, contato com materiais perfuro-cortantes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em péssimas condições de uso, etc. De acordo com Santana e Oliveira, (2004) os “trabalhadores da construção civil parecem não ser um alvo comum de treinamento ocupacional, mas apesar desta falta, os achados são sugestivos de que percebem esse ramo de atividade como perigoso”.

Dentre outras enfermidades de risco elevado entre esses trabalhadores, encontram-se os sintomas músculo-esqueléticos, dermatites, intoxicações por chumbo e exposição a asbestos. (SANTANA e OLIVEIRA). Os fatores que levam a ocorrência destes problemas que foram elencados decorrem dos trabalhos realizados em grandes alturas, do manejo de máquinas perigosas, contato com materiais perfuro-cortantes, dentre outros. Sendo assim, torna-se de suma importância a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual, e um maior comprometimento da empresa com relação a saúde e proteção dos trabalhadores. Neste capítulo, iremos abordar sobre essas questões que circundam o trabalho no setor da construção civil em âmbito nacional, estadual, referindo-se ao estado da Bahia e local, referindo-se à cidade de Salvador.

Compreendermos que é necessário fazer esse caminho de singularidade, universalidade e particularidade. Portanto, compreendermos a totalidade do nosso objeto; ir além do aparente, ver como essas relações se estabelecem no campo das determinações universais, compreender as relações sociais, as relações de estado, as políticas sociais e econômicas, as relações de solidariedade, de mercado e sociedade. Todas estas relações que circundam o nosso objeto, ver como estas realidades estão postas no cotidiano; conhecê-la a partir de sucessivas aproximações, para assim podermos transformá-la.

3.1. A indústria da construção civil no Brasil

O trabalho no setor da construção civil no Brasil vem crescendo significativamente nos últimos anos, parte desse crescimento está relacionado a emergência da nova classe média do país na procura por habitação, aos projetos do governo Federal como Minha Casa Minha Vida, obras de infraestrutura do PAC, e os eventos internacionais ocorridos no País, como a copa do mundo e as olimpíadas.

Em 2010, este setor ocupava 6,3 milhões de pessoas, a forma de contratação que respondeu pela maior parte do aumento de postos de trabalho foi o assalariamento com carteira assinada, com um acréscimo de mais de 1,1 milhão de pessoas. Ao mesmo tempo,

houve ampliação de 34,3% do número de trabalhadores autônomos, o que corresponde a quase 600 mil trabalhadores. Observa-se também, ainda que em menor grau, um aumento de 5,0% no número de assalariados informais, o que equivale a 75 mil ocupações. (DIEESE,2012)

Estes dados, ao mesmo tempo que revelam crescimento no setor, leva-nos a questionar sobre as arbitrariedades que envolvem esse ramo de atividade, bem como as características do trabalho nesse ramo. É notável esse crescimento, os números comprovam. Porém é importante questionar-se sobre como esse labor tem refletido na vida desses trabalhadores e de seus familiares. A grande maioria destes operários são oriundos do interior, que migram para os grandes centros urbanos. Eles saem do seu lugar, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, atraídos pela ilusão de que nos grandes centros urbanos irão prosperar. Nota-se aí um rompimento de vínculos, que pode ser danoso tanto para a vida destes profissionais, quanto para a vida dos seus familiares. O trabalhador precisa aprender a viver com a solidão, com novos costumes, com uma nova cultura, o lugar lhe é estranho, não lhe pertence, todos esses se convertem em causas de sofrimentos e de transtorno para o trabalhador.

Os operários da construção civil são predominantemente homens, chefes de famílias, negros e com baixa escolaridade, cujas chances de mudar de profissão e progredirem na vida são ínfimas, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais exigindo pessoas qualificadas, tornando assim cada vez mais difícil a ascensão social do proletariado com baixa qualificação. Muitas expressões da precarização permeiam este universo de labor, flexibilização, informalidade, terceirização, fragmentação, alta rotatividade e exploração da mão-de-obra.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas trouxeram profundos impactos para a vida dos trabalhadores. Os investimentos do capital sobre o trabalho, na busca desenfreada pelos lucros e superlucros, a extração da mais-valia, são características marcantes do sistema capitalista. Contudo, o que é alarmante na atualidade é a forma com que o capital desestruturou a organização do trabalho, de forma a tornar precária as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. De acordo com ANDRADE, 2015:

O trabalho precarizado institui a lógica da instabilidade social que resulta no aprofundamento da dominação do capital sobre o trabalho. A precarização constitui mecanismo de controle sofisticado ao agregar no plano objetivo e subjetivo, fatores que produzem e reproduzem a constante insegurança e incerteza social. (ANDRADE, 2015, p.37)

Essa dinâmica pode ser claramente observada na realidade laboral dos trabalhadores da construção civil, que vivem à sombra da instabilidade e da rotatividade em seu campo de

trabalho, marcado pela forte segmentação das obras. Uma vez terminada a atividade para a qual foram contratados para fazer, esses operários são lançados fora do mercado de trabalho e ficam esperando uma próxima oportunidade para retornarem às suas atividades.

Levando-se em consideração que a maioria desses operários são chefes de família, essa rotatividade laboral vai rebater diretamente no seio dessas famílias, com péssimas condições de sobrevivência, dificultando o acesso a saúde, alimentação, habitação e educação e qualidade de vida. O conjunto destes fatores leva os trabalhadores a se submeterem a condições de trabalhos subumanas. Submete-se à lógica produtiva do capital que prima pela produtividade em curtíssimos prazos, e, para isto, os trabalhadores atuam em sistema de tarefas, tornando assim sua jornada de trabalho cada vez mais extenuante e intensa.

Outra característica desta nova configuração do trabalho é a informalidade. Muitos trabalhadores do ramo da construção civil trabalham com formas contratuais informais, desprovidos de seus direitos trabalhistas e previdenciários, são constantemente explorados pelos seus patrões, recebem baixíssimos salários e a todo tempo estão expostos a situações de riscos e de adoecimento e são constantemente discriminados pela sociedade. TAKAHASHI, *Et al*, 2012, corroboram essa afirmativa, ao revelar que:

“O trabalho assume características de trabalho precarizado quando: é realizado de forma descontínua, com graves riscos de perdas, os trabalhadores trabalham oprimidos pela incerteza, quando não há um controle do trabalho tanto no âmbito individual quanto coletivo, péssimas condições laborais, negação dos direitos trabalhistas e previdenciários, marcado pela discriminação, rotatividade elevada, exploração e segregação, baixíssimos salários, pouco ou nenhum acesso à educação, e com antecedentes de trabalho infantil.”(TAKAHASHI, *Et al*, 2012)

Tais características da precarização tornam ínfimas as condições de sobrevivência dos trabalhadores nesse setor, porém por se tratar de pessoas com baixa escolaridade, o ingresso em outros setores produtivos se torna quase que impossível. A exigência pelo profissional qualificado, outra característica do novo modo de produção capitalista, faz com que os trabalhadores da construção civil reduzam as chances de migrarem para outras áreas de trabalho.

A ausência de oportunidade de ingressar em outro ramo de atividade favorece ao patronato que por sua vez, utiliza-se deste mecanismo para oprimir seus funcionários, submetendo-os a situações de humilhação e de constrangimento, com um discurso de que existem muitas pessoas querendo estar em seus lugares.

Hoje, no setor da construção civil, a ordem é terceirizar, sobretudo nas grandes construtoras, a terceirização dos serviços, pautada no trabalho por produção é vastamente difundida nesse ramo produtivo. A terceirização, tem se firmado como uma das formas de remuneração mais causadoras de sofrimento, pois coloca sobre o trabalhador toda a

responsabilidade da produção e de sua remuneração. Sendo assim, quanto mais o operário produzir, mais dinheiro ele recebe; caso não consiga corresponder ao ritmo de trabalho desejado pela contratante, ele está fora desse processo produtivo. Esta situação impõe um ritmo de produção acelerado ao trabalhador, fazendo com que o ele ultrapasse os próprios limites físicos e psicológicos, comprometendo assim sua integridade como um todo. Conforme asseveram Antunes e Druck, 2013:

O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. Mais recentemente, as práticas das “metas”, das “competências”, realizadas pelos “colaboradores”, tornou-se a regra no ideário empresarial (Antunes e Druck, 2013)

Assim, para reduzir o tempo da produção e os custos com os encargos sociais, as empresas se utilizam da subcontratação de empresa especializadas em determinadas etapas de produção, como por exemplo, fundação, estrutura, alvenaria, dentre outras. Essas pessoas especializadas são responsáveis por diferentes etapas da construção. Nessa forma de contrato terceirizado, as empreiteiras são as responsáveis pelos seus contratados, os profissionais então, assinam contratos temporários para prestarem serviços às empresas. Com este modelo de produção terceirizado, o trabalhador fica desprovido de todos os seus direitos trabalhistas, como aposentadoria, INSS, FGTS, plano de saúde, entre outros. Esta situação causa insegurança aos trabalhadores, visto que eles não conseguem se fixar em uma determinada empresa.

Ora, se no modelo de produção do sistema Taylorista/Fordista, o que imperava era o trabalho em massa, as fábricas cheias de operários, desempenhando suas funções especializadas, agora, nessa nova configuração do trabalho, o imperativo é a empresa enxuta, com o menor número de trabalhadores possíveis, trabalhando em menos tempo, porém com altíssimos níveis de produtividade. O que implica em jornadas de trabalhos intensas e exaustivas, colocando em risco a saúde do trabalhador, que precisa dar conta de sua atividade, para se manter no mercado de trabalho.

No emprego informal, além da baixa remuneração, os trabalhadores são desprovidos dos benefícios de seguridade social, bem como menos incentivados à sindicalização além de não estarem cobertos por medidas de proteção à saúde. Sem a carteira de trabalho registrada, não há garantia da compensação financeira em casos de doenças e acidentes, como nas licenças médicas, ou em casos de negligência por parte dos empregadores, abusos e de situações de perigo reconhecidos, porque o trabalhador está fora do controle do Estado (Iriart, Et al, 2008). Desta forma, o trabalhador informal acaba sendo penalizado por estar inserido

nesse regime de trabalho, que o degrada, explora e constrange. Entretanto, a falta de emprego e a urgência pela sobrevivência conduzem cada vez mais pessoas para o caminho da informalidade.

No que toca o trabalhador terceirizado, é importante colocar que muitos deles se sentem em uma condição inferior aos demais colegas de trabalho que possuem um vínculo empregatício formal, pois ao estar em um lugar de informalidade, seus direitos trabalhistas são cerceados e convivem o tempo todo com a insegurança e a instabilidade. Este não lugar, o não reconhecer-se enquanto categoria leva o trabalhador a sofrer diversas formas de violência, que se materializam na negação dos direitos do trabalho, na exploração e na falta de segurança a respeito de seu futuro; e dos seus dependentes. Isso aponta para a necessidade de ser revista a política de cobertura previdenciária focalizada apenas nos contribuintes, quando o trabalhador não é da área rural, especialmente considerando o grande desgaste físico imposto por essas ocupações (SANTANA e OLIVEIRA, 2004, P.807)

Esta nova ordem produtiva fragmentada dificulta a identificação do trabalhador enquanto categoria, o que impõe barreiras à organização sindical destes sujeitos sócio-políticos, e corrobora de maneira efetiva para a manutenção do *status quo*. De acordo com (OLIVEIRA e IRIART, 2008), os trabalhadores lidam o tempo todo com a invisibilidade social, jurídica, política e moral, que traz muitos sofrimentos para eles. Não obstante tudo isto, estes operários ainda lidam com a desvalorização do fazer profissional, fruto de uma ideologia dominante, que não valoriza o saber operário, ao mesmo tempo em que traça uma linha divisória entre os que pensam, e por isto, detém o saber. E os que são desprovidos do saber e precisam obedecer e executar.

3.2. A indústria da construção civil na Bahia.

Na Bahia, indústria da construção civil é responsável pelo emprego de uma parcela bastante significativa de pessoas pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, o universo de trabalhadores desse seguimento da indústria de edificações, é formado majoritariamente por pessoas do sexo masculino, de cor negra e com baixo nível de instrução. É importante ressaltar que, os trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada encontram-se em uma posição de precarização mais elevada, por não dispor dos direitos trabalhistas e previdenciários resguardados por lei.

De acordo com um estudo realizado por Santana e Oliveira, na cidade de Salvador, Região Metropolitana da Bahia, sobre “Saúde e Trabalho na construção civil”, o trabalho sem

carteira assinada não constitui uma opção do trabalhador, mas ele se estabelece pela falta de oportunidade, o estudo revelou que a grande maioria dos trabalhadores gostaria de possuir carteira assinada, cerca de (91,1%) dos trabalhadores, por ela representar para eles uma segurança para o futuro, a garantia de sua aposentadoria. O que segundo os autores demonstravam uma preocupação com o envelhecimento e com a perda das forças para exercerem tal atividade. É sabido que as atividades desse seguimento, geralmente são muito pesadas e requer do trabalhador bastante disposição para realizá-la, trabalhar neste setor exige um elevado dispêndio de energia física, para trabalhar debaixo de sol forte, elevar materiais pesados, trabalhar em grandes alturas, etc.

No exercer do seu ofício muitos trabalhadores sofrem diversos tipos de acidentes, fatais ou não, muitas vezes esses acidentes são percebidos por eles como um descuido pessoal, ou como algo inerente ao seu trabalho, quando na verdade é preciso atentar para o descaso do empregador para com a proteção dos seus empregados. De acordo com Santana e oliveira, 2004, não existe muita preocupação por parte do empregador em promover treinamento ocupacional dos trabalhadores, o que se constitui uma falha gravíssima diante dos altos riscos que esses operários enfrentam todos os dias no exercício de suas atividades.

A indústria da construção civil na Bahia gerou no último decênio um crescimento significativo no número de pessoas trabalhado nessa área, chegando a alcançar o percentual de 45,9%, o que denota um crescimento semelhante ao do país nesse mesmo período. Constata-se um aumento no quantitativo de assalariados com carteira assinada neste setor, atingindo um percentual de 105,2%, segundo dados do DIEESE.

O trabalho com carteira assinada aufere ao trabalhador mais estabilidade e segurança, uma vez que ao assinar um contrato formal, o trabalhador tem seus direitos trabalhistas e previdenciários preservados. Não obstante a essas garantias, a carteira de trabalho assinada significa para o trabalhador uma espécie de valorização pessoal. Ele se sente um cidadão no pleno exercício de sua cidadania social, jurídica e moral. Este aspecto da cidadania, entendida como o exercício pleno dos direitos e deveres sociais, circunscreve a existência jurídica, política e social que têm os indivíduos que pertencem a uma sociedade. ” (Iriart, J. A. B. et al, 2008).

No Estado da Bahia, 443 mil trabalhadores estão empregados nesse setor, sendo que destes 443 mil, apenas 165 mil possuem carteira assinada. A representatividade desse seguimento passou de 26,4% no ano 2000 para 37,2% em 2010, o que retrata um crescimento de trabalhadores formais neste ramo produtivo. Este setor é responsável pela contratação de 51,6% da população negra. É importante salientar que a proporção de negros sobre o

contingente de ocupados no setor da construção civil é bem maior na Bahia, onde eles respondem por 83% dos ocupados. (DIEESE, 2012)

Com relação à faixa etária dos trabalhadores deste seguimento, na Bahia, houve uma elevação mais intensa para os ocupados com 40 anos ou mais do que para os demais segmentos etários, embora tenha sido mais expressiva do que no Brasil a ampliação do emprego entre os trabalhadores de 25 a 39 anos. Neste segmento etário, também se observou um crescimento muito expressivo dos trabalhadores com carteira assinada, atingindo um percentual de 104,4%, o equivalente a quase 40 mil postos no intervalo subsequente entre 2000 e 2010. Se comparada à força de trabalho brasileira na Construção Civil, a baiana é um pouco mais jovem, visto que, apesar dos significativos aumentos do contingente de trabalhadores com 40 anos ou mais nesse setor, esses representavam 37,8% em 2010, ante 43,2% no Brasil. (DIEESE, 2012)

A maior parcela dos trabalhadores na Construção Civil do Estado da Bahia (45,0%) realizou, no ano de 2010, uma jornada de trabalho que variava entre 40 e 44 horas. Segundo dados do DIEESE, houve uma redução significativa no quantitativo de trabalhadores com jornadas de 49 horas ou mais, entre 2000 e 2010 no estado da Bahia. Esta redução, somada ao aumento do quantitativo de trabalhadores que exercem jornadas parciais, resultou no decréscimo da jornada média de um trabalhador na Construção Civil que passou de 45,3 para 40,7 horas semanais.

No que tange a faixa salarial dos trabalhadores pertencentes a este seguimento, pesquisa realizada pelo DIEESE, revelou que em 2010 mais da metade dos empregados da construção civil tinham a faixa salarial entre 1 e 2 salários mínimos. A mesma pesquisa revelou ainda, que no Estado da Bahia, 13% dos trabalhadores ganhavam até meio salário mínimo.

O baixo nível de escolaridade somado ao grande número de trabalhadores, desempregados, em busca de uma oportunidade para entrar no mercado de trabalho, constitui-se uma ferramenta fortíssima para que os empregadores paguem salários tão baixos aos seus empregados. O trabalho neste seguimento é visto como mão de obra desqualificada, o que revela um componente ideológico por detrás desse discurso, que é constantemente utilizado para justificar a dominação dos empregados pelos seus empregadores. Sobre isto, Borges e Peixoto, (2011) vão afirmar que na construção civil “os operários constituem uma minoria social, porque realizam trabalhos braçais pouco apreciados pelas elites e são rotulados como mão de obra desqualificada, desprezando seus saberes, tácitos ou não, aprendidos na experiência operária (...)”.

Este rótulo de mão-de-obra desqualificada constitui-se um preconceito contra esses trabalhadores, que além de suportar os trabalhos pesados característicos desse seguimento, precisam também lidar com o preconceito e a discriminação social. A sociedade convive o tempo todo com esses trabalhadores, volta e meia precisam de seus serviços, porém não os percebem, não os valorizam enquanto sujeitos sócio-políticos; o coloca numa posição de invisibilidade social, e esta invisibilidade, este não lugar na sociedade, torna-se doloroso para o trabalhador, suas obras são percebidas e admiradas. Entretanto, eles, os responsáveis pela construção não são percebidos, não são valorizados.

Tal afirmativa pode ser comprovada pelas condições de trabalho sob as quais estes trabalhadores desempenham suas atividades, cercada de perigos, de medos e de inseguranças, com ínfimos salários e descaso dos empregadores para com a segurança nos canteiros de obras. A intensificação da jornada de trabalho também é algo recorrente, isto faz com que os trabalhadores sejam obrigados a trabalhar como máquinas, depositando toda sua força física e mental no trabalho, a fim de cumprir as exigências desta nova ordem produtiva.

Santana e Oliveira (2004), chama-nos atenção para os perigos que envolvem o trabalho na construção civil, quando a descrevem como uma das ocupações mais perigosas do mundo, destacando-se com elevadas taxas de acidentes de trabalho e anos de vida perdidos. De acordo com esses autores, a principal causa ocupacional de morte da construção civil são os acidentes de trabalho, tais acidentes podem ser provocados por quedas de grandes alturas, manejo de máquinas perigosas, utilização de veículos automotores, etc. Dentre as enfermidades de alto risco neste setor, destacam-se os sintomas músculos-esqueléticos, dermatites, intoxicação por chumbo e exposição a asbestos. Somando-se todos estes fatores ao estresse provocado pela transitoriedade e pela alta rotatividade, é possível concluir que estes profissionais vivem uma constante luta pela manutenção de sua atividade laboral, uma vez que esta se constitui seu único meio de sobrevivência.

3.3. A indústria da construção civil no município de Salvador- Ba.

A Região Metropolitana de Salvador Bahia, responde pela grande maioria dos ocupados no setor da construção civil. O aumento do número de trabalhadores nessa área produtiva foi, em grande medida, estimulado pela contratação de assalariados com carteira de trabalho assinada, segmento este, que acumulou um saldo positivo de 43 mil empregos, correspondendo a 61% das 71 mil ocupações geradas no setor entre 2000 e 2011. Não obstante esta realidade, cabe ressaltar também que nesse mesmo período, ocorreu um

expressivo aumento no número de pessoas que trabalhavam de forma autônoma neste setor, chegando a alcançar o total de (30 mil) pessoas trabalhando por conta própria. Já no que se refere aos trabalhadores assalariados sem carteira assinada observou-se uma redução 2000 pessoas no período analisado. (DIEESE, 2012)

Nos primeiros anos da década de 2000, o setor da construção civil em Salvador, passou por um momento de crise, mas logo em seguida se restabeleceu, voltando a crescer significativamente no ano 2005. A partir de então esse crescimento não parou, e mesmo com a crise de 2008 e 2009, o setor da construção civil manteve-se em alta, chegando a atingir uma taxa de crescimento em 2011 de 16,6%. (DIEESE, 2012)

O aumento do número de trabalhadores nesse setor em 2010 deveu-se em grande parte à ampliação do número de contratos com carteira assinada. Já em 2011, tanto os assalariados com carteira assinada, quanto os sem carteira assinada e os autônomos contribuíram para a elevação do número de trabalhadores no setor da construção civil. Em 2011, os assalariados com carteira de trabalho assinada tinham posição predominante de 52,8%, o que denota uma evolução ao compararmos com o período de 2005, quando esse seguimento representava 37,8% das ocupações (DIEESE, 2012). Este aumento no quantitativo de pessoas com carteira assinada revela também uma conquista para os trabalhadores, uma vez que a partir desse contrato formal, eles estão com seus direitos trabalhistas resguardados.

Com o aumento do contrato formal, observa-se também um decréscimo, no quantitativo de pessoas trabalhando sem carteira de trabalho assinada, atingindo um percentual de 7,1% no ano de 2011. Já os trabalhadores autônomos, ampliaram sua representação do mercado de trabalho, passando de 33,3% em 2000 para 38,3% em 2011. (DIEESE, 2012)

Ao realizar um inquérito em Salvador, Santana e Oliveira, (2004) concluíram que o trabalhador sem carteira assinada, ainda constitui uma importante característica da precarização deste setor. Entretanto, ainda assim, este tipo de atividade continua sendo bastante recorrente nesse ramo de atividade econômica. A ausência de proteção trabalhista na vida do trabalhador traz consequências nefastas para a totalidade da vida do mesmo, o trabalhador que atua neste seguimento, convive constantemente com a insegurança com relação ao seu futuro e o futuro dos seus dependentes. Sobre a precarização do trabalho na vida dos trabalhadores, ANDRADE, 2015 p. 41, assevera que:

As formas de precarização do trabalho na sociedade brasileira vem acarretando influxos na classe trabalhadora que se manifestam de forma particular e universal na totalidade da vida dos trabalhadores. Cada expressão da precarização social do trabalho provoca efeitos perversos aos homens e mulheres que tem na atividade laborativa seu meio de sobrevivência.

O trabalhador adentra o mercado de trabalho cheio de expectativas, de melhores condições de vida e de obterem satisfação pessoal e material. Porém, no bojo da sociedade capitalista este desejo torna-se cada vez mais distante, uma vez que o próprio ambiente laboral não lhes fornece meios para isso. A realidade do mundo do trabalho atual é cercada pela precarização da vida humana, que se reflete diariamente na saúde do trabalhador, nas condições de vida e de trabalho, nas jornadas extenuantes, nas formas de contrato fragilizadas, no rebaixamento dos salários e na redução do ser humano a máquinas geradoras de riqueza, beleza e sofisticação para a classe dominante. Esta por sua vez legitima a superexploração da classe subalterna, forjando o reordenamento das forças produtivas de maneira a responder os seus anseios de alta produtividade, e de lucros exorbitantes a fim de manter funcionando a pleno vapor a máquina do capital.

Quanto às características sócio-demográficas, o setor da construção civil no ano de 2011, em Salvador respondia pelo emprego de 94,2% dos negros, 41,7% dos trabalhadores possuíam idades entre 25 e 39 anos de idade, houve também um acréscimo no número de trabalhadores com mais de 50 anos nesse mercado de trabalho, o equivalente a 18,6% dos trabalhadores. No que diz respeito ao nível de escolaridade, embora tenha havido um movimento de um maior nível de escolaridade entre os trabalhadores da construção civil, nota-se que a maior parcela dos ocupados do setor tem apenas o ensino fundamental incompleto, esse segmento no ano 2000 correspondia a 60,9% dos trabalhadores, em 2011e passou a 46,1%. Por outro lado, o percentual dos que têm ensino médio completo ou superior incompleto aumentou de 11,4% para 25,2% no período analisado e dos que têm ensino fundamental completo ou médio incompleto, de 14,9% para 21,2%. (DIEESE, 2012)

Santana e Oliveira (2004), corroboram com essas informações, ao realizarem um estudo epidemiológico para traçar o perfil dos trabalhadores da construção civil na Região Metropolitana de Salvador. Neste estudo, os autores observaram que a maior parte dos trabalhadores deste ramo produtivo é do sexo masculino, que apresenta fortes características de exclusão social, expressas pela cor da pele negra, por possuírem baixos níveis de escolaridade. Ademais, por terem começado a trabalhar ainda quando eram crianças ou adolescentes, o que pode explicar o baixo nível de escolaridade nesse setor.

Muitos estudiosos associam o nível de escolaridade às melhores condições de trabalho, o que, conseqüentemente, levará os trabalhadores a obterem melhores remunerações, o que resultaria em uma mobilidade social. Se formos comparar os anos de estudos das pessoas de cor negra com relação aos anos de estudos de pessoas não negras, observaremos que o acesso

à educação por parte das pessoas negras é muito inferior com relação aos não negros. Sobre isto, HERINGER, 2002 revela que:

(...) a proporção de negros entre as pessoas com 12 anos ou mais de estudo (equivalente aos que concluíram o ensino médio e possuem curso superior) é de apenas 2,8%, quase quatro vezes menos do que os brancos na mesma faixa (10,9%). Por outro lado, a proporção de negros entre aqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo continua em 1996 a ser mais do dobro da proporção de brancos nesta faixa.

Assim, observa-se que por não terem muito acesso à educação formal, os negros estão mais concentrados em atividades que exigem pouca qualificação, geralmente são trabalhos forçados e braçais, como é o caso do trabalho da construção civil, que na região metropolitana de Salvador, abarca a maior parte da população negra.

Nesse setor o saber operário é passado pela troca de experiência entre os próprios colegas de trabalho, a rotina ensina os trabalhadores a exercerem suas funções. No início da carreira, os trabalhadores deste seguimento, começam como ajudantes, os chamados serventes, com o tempo eles se tornam profissionais, pedreiros, carpinteiros, eletricitistas, etc. Posteriormente, eles podem chegar a exercer cargos mais, como mestres de obras ou encarregados. Sendo assim, é correto afirmar que “a qualificação profissional é um processo que se constrói, na execução das obras, como decorrência das relações de trabalho com os trabalhadores mais qualificados”. (OLIVEIRA, 2008)

No que se refere às jornadas de trabalho e a remuneração dos trabalhadores da construção civil em Salvador, os dados do DIEESE, revelaram que em 2011, a jornada média trabalhada pelos trabalhadores com carteira assinada era de 43 horas semanais, já os trabalhadores sem carteira assinada, trabalhavam 42 horas semanais. Quanto a remuneração o rendimento médio dos trabalhadores variava entre 931,000 e 1.047,00. É válido acrescentar que mesmo os negros ocupando uma parcela predominante nesse seguimento, ainda assim, quando se fala em faixa salarial, os negros possuem um rendimento inferior aos não negros. Em 2011, o rendimento médio do negro neste setor era de 890 reais, enquanto que os não negros possuíam um rendimento médio de 931 reais. Estes dados revelam o quão latente é a discriminação entre negros e brancos e como elas se refletem na sociedade. O negro mesmo tendo acesso ao mesmo local de trabalho que o branco, ainda assim continua sendo sub-remunerado, o que tolhia o acesso do negro à melhores condições de vida, e até mesmo à mobilidade social.

Com poucos anos de estudos, baixa remuneração salarial, e início da vida laboral na mais tenra idade, os trabalhadores negros da cidade de Salvador, amalgamam as expressões da precarização do trabalho de maneira profunda em suas vidas, convivendo diariamente com a

exploração da sua força de trabalho, além de serem constantemente humilhados por seus superiores, que inferiorizam seu saber profissional. Não obstante a tais situações, precisam lidar com a invisibilidade social, aspecto este que interfere diretamente na própria valorização pessoal desses trabalhadores. Muitos trabalhadores coagidos pelo medo do desemprego, acabam aceitando essas condições de trabalho deploráveis. Um estudo realizado por Iriart, *Et al*, na cidade de Salvador, revelou que: “para os trabalhadores, a baixa escolaridade, o medo do desemprego e a falta de opção são trazidos como fatores que impossibilitam a mudança de ocupação e levam à aceitação do trabalho. ” IRIART, Et al (2008). Nessa perspectiva, o trabalho no setor da construção civil constitui-se uma das principais fontes de sobrevivência da população menos favorecida da Região Metropolitana de Salvador.

4. OS IMPACTOS DO TRABALHO PRECARIZADO NA VIDA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE SALVADOR – BA

Neste capítulo discorreremos sobre os impactos que o trabalho precarizado causa na vida dos trabalhadores da construção civil. Nosso intuito não é apenas analisar a dimensão material desses impactos, como os baixos salários as más condições de trabalho e os demais aspectos que envolvem o campo material. Desta forma, busca-se analisar também, como esse trabalho precarizado afeta a subjetividade destes sujeitos sócio-políticos e como ressoam na totalidade de suas vidas. Privilegiamos estas duas dimensões por entender que: “trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar” Dejours ((2004).

Os profissionais da construção civil são responsáveis pela construção dos grandes prédios que embelezam os centros urbanos. Produzem belezas das quais se orgulham, mas ao mesmo tempo têm suas vidas impactadas pelo trabalho precarizado, sua subjetividade testada a todo momento pelo medo dos riscos, pelas pressões sofridas nos canteiros, pela ausência de seus familiares e amigos, e, por fim, por terem muitas vezes deixado seu lugar de origem em busca de melhores condições de vida e terminam se deparando com realidades totalmente opostas.

Este processo migratório, no qual os trabalhadores deixam seu lugar de origem e buscam de melhores condições de vida, foi observado nas narrativas dos participantes deste estudo. Dos dez entrevistados, apenas dois eram naturais da Região metropolitana de Salvador.

“Devido a condição de vida. Um pouco fraco né? Sem trabalho..e aí procurei cair fora quando fiquei de maior, justamente pra isso, pra conseguir um objetivo a gente trabalhando, consegue alguma coisa pra nossa vida, pra nossa família.” (Rutílio)

“Ah, tinha muita saudade. Primeiramente que como eu que casei logo, e vir logo para cá. Eu tinha que largar a família. Tinha época de eu sair e meu primeiro filho, eu tinha que sair pela porta dos fundos para ele não ver, que quando ele sentia a falta de mim, que eu não tava mais dentro de casa que eu já tinha saído para trabalhar, aí ele ficava chorando e pedindo a mãe para vir me ver. Aí a mãe disse: você vai ter que fazer das tripas coração e fazer sua economia para comprar uma casinha lá para a gente mudar, aí foi,, tem muita saudade, muito sofrimento, quem é que não sente saudade. Até mesmo quando o cara não é casado ele sente saudade do pai e da mãe sente falta da família.” (Jacinto)

“Para mim foi difícil, eu nunca tinha saído para trabalhar fora, então para mim foi um baque, mas graças a Deus eu consegui superar e hoje para mim é normal, viajo toda semana, hoje mesmo eu não vou viajar porque eu vou trabalhar amanhã, mas quando eu não trabalho ao sábado eu viajo na sexta-feira.” (Malaquite)

A decisão de deixar seu lar, suas referências e ir tentar a sorte num lugar novo, em uma cidade grande, não parte apenas de um desejo, mas também de uma necessidade de

prover seu sustento e de seus familiares. O que deveria ser uma escolha livre para esses sujeitos sócio políticos, torna-se quase que uma imposição. A exclusão desses homens na cidade grande não se reduz apenas ao campo social e econômico, mas também cultural, pois como foi explicitado a partir das falas dos sujeitos, sair do interior para tentar a vida na cidade grande, significa se adequar a uma nova forma de viver. Os trabalhadores passam por situações de desvalorização e muitas vezes são estigmatizados pela sociedade, o que provoca sofrimento e dor. (SANTANA, 2012)

A ida a campo para a realização deste estudo foi um processo de desconstrução e ao mesmo tempo de construção. O campo revelou aspectos até então desconhecidos por mim, acerca do trabalho no setor da construção civil. Foi observado que a pesar de toda precarização desse setor, os trabalhadores perceberam uma melhora no que toca as condições de trabalho. “Agora tá tudo beleza, agora a construção civil tá primeiro mundo”, “a construção civil mudou 90% ou até mais, mudou muita coisa”, “a única coisa que falta pra gente é um plano de saúde”. Essas e outras tantas falas me surpreenderam, quando fui a campo imaginava que os trabalhadores só se queixariam a respeito de seu trabalho, não esperava encontrar aspectos positivos dentro de um ambiente tão precário.

Quando os trabalhadores foram interpelados sobre o que significava para eles trabalhar na construção civil, quão surpreendente foram algumas respostas: “Oh minha irmã, um dom meu mesmo, eu gostava de fazer aquilo, e adorava ver o pessoal fazendo, trabalhando e aí comecei aprendendo e gostei muito e tô até hoje” “no geral pra mim é bom!”, “eu tenho orgulho daquilo que faço, daquilo que aprendi”. Porém essas respostas não foram unânimes, alguns entrevistados revelaram que: “é uma área que não é uma área muito boa, mas de qualquer maneira, é de onde a gente tira o sustento”.

Percebe-se que apesar de algumas melhoras nesse setor, e de muitos trabalhadores demonstrarem que tem orgulho do que fazem, existem muitos aspectos a serem analisados, discutidos e melhorados. Porém, em tempos de capitalismo flexível, o trabalhador na verdade é o que menos importa para os donos do capital. As empresas querem lucrar, competir e se destacar. Os trabalhadores são os principais prejudicados por esse sistema, que lhes reserva condições subsumas de trabalho e de sobrevivência.

A aproximação com o objeto faz-se importante, pois o pesquisador nunca volta do campo do mesmo jeito que entrou. O objeto vai se revelando a partir de sucessivas aproximações, é sempre uma nova descoberta. Capitar o fenômeno de uma determinada realidade, é o desafio posto ao pesquisador, é preciso indagar, descrever como as coisas se manifestam naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender

determinado fenômeno é então atingir a essência. O pesquisador, ao se aproximar de um objeto para investiga-lo, ele possui a consciência de que existe uma verdade oculta, que precisa ser revelada, então ele faz um desvio, e se esforça na descoberta da verdade, (Kosík, 1976). E é nessa direção que caminhamos a fim de descobrir os impactos do trabalho precarizado no setor da construção civil, na vida dos trabalhadores.

4.1. O negro no mercado de trabalho da construção civil na cidade de Salvador - BA

A Região Metropolitana de Salvador é a mais negra das metrópoles nacionais e possui grande importância histórica para o país, tanto pela sua dimensão econômica, populacional e cultural, quanto pelos seus mais de 450 anos de história no Brasil. A cidade de Salvador foi a primeira sede do governo brasileiro até a década de 1763. Porém, com a transferência do governo geral para o Rio de Janeiro, ela passou por um longo período de estagnação econômica e populacional, pois nesse momento a concentração das indústrias estava voltada para a região centro sul do país. Somente em 1950, com a descoberta e a exploração do petróleo no recôncavo baiano, que este cenário de estagnação começou a ganhar novos contornos. Neste momento, desencadeou-se um expressivo processo de crescimento econômico, populacional e urbano na cidade de Salvador e em seus entornos. (CARVALHO e BARRETO, 2007)

No final da década de 1960 estas áreas receberam investimentos da Sudene e, nas décadas de 70 e 80, os investimentos desenvolvimentistas do governo federal vieram a contribuir para a implantação do pólo petroquímico de Camaçari e do complexo de cobre. Estas transformações resultaram na modificação da estrutura social da cidade de Salvador. Nota-se uma importante diversificação da classe média e a emergência de um operariado industrial moderno, que compõe a classe trabalhadora da RMS. Tais transformações acima sinalizadas terão impactos profundos no mercado de trabalho de Salvador, marcado pela mão-de-obra barata e pela baixa qualificação formal, com destaque também para o grande fluxo migratório de pessoas que vão para a região metropolitana de Salvador em busca de emprego. Estas pessoas na sua maioria irão ocupar postos de empregos precários, pouco remunerados e com reduzidas chances de mobilidade social. Castro e Barreto (1998) corroboram essa afirmação ao revelar o mercado de trabalho de Salvador como:

(...) um mercado de trabalho fortemente segmentado e com efeitos extremamente perversos no que diz respeito às condições de inserção e sobrevivência dos indivíduos. Um mercado que, para ser inclusivo, cresce com base no trabalho precário, sem cobertura previdenciária, sem regras de reciprocidade entre patrões e

trabalhadores e, sobretudo, onde as noções de direito e cidadania ainda estão muito distantes da realidade cotidiana da luta pela sobrevivência desses trabalhadores.

Estas características precárias do mercado de trabalho da cidade de Salvador são frutos da reestruturação produtiva que marcou o país na década de 90. Estamos falando de um mercado de trabalho que é caracterizado pela pobreza e pela reprodução das desigualdades sociais, presentes neste município. É importante ressaltar que neste momento os postos de trabalho que geram uma melhor remuneração, eram bem reduzidos, para termos uma ideia, apenas 6,4% dos trabalhadores da RMS, alcançavam um rendimento mensal de 10 ou mais salários mínimos, 68% dos trabalhadores recebiam na faixa de até 2 salários mínimos e 39,4% da população ganhavam até um salário mínimo. (BORGES e CARVALHO)

Assim, a discussão da categoria raça se faz sumamente importante para analisarmos a questão das desigualdades existentes no mundo do trabalho, principalmente no que toca as questões do trabalho precarizado e das condições subumanas de trabalho em que vivem os negros na Região Metropolitana de Salvador, que tem a maioria de sua população negra e é fortemente marcada pela pobreza, além de se destacar pelos elevados índices de desemprego, subemprego e de trabalho irregular.

A cidade de Salvador é vista pelo mundo inteiro coma a terra das festas e da negritude. É comum ouvir pessoas de outras regiões do país e até mesmo do mundo, associando a Bahia à terra do não trabalho, do descanso constante, do axé e do gingado, da cultura, das diversas manifestações religiosas e da acolhida calorosa aos seus visitantes. Tais características associadas à Bahia estão muitas vezes carregadas de preconceitos e ocultam a face cruel da realidade de vida de baianos que lutam constantemente para sobreviver numa cidade marcada pela segregação racial onde, a população negra está condicionada a morar em bairros periféricos, possuem baixíssimos níveis de escolaridade e ocuparem postos de trabalho cada vez mais precários.

Desde cedo os negros são obrigados a ingressarem no mercado de trabalho para ajudar no sustento de suas famílias. Muitas destas crianças e adolescentes param de estudar ou associam trabalho e estudo para sobreviver. Enquanto isto, crianças e adolescentes brancos com a mesma faixa etária estão nas escolas. Tal situação favorece à desigualdade social existente entre negros e brancos, uma vez que a educação formal se constitui um dos elementos primordiais para a mobilidade social.

De acordo com os dados da PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador sobre o mercado de trabalho torna-se evidente que a população negra vem crescendo nos últimos tempos e continua maioria absoluta, tanto no que concerne à

População em Idade Ativa, quanto a População Economicamente Ativa, representando 90,2% e 90,4%, respectivamente. Mesmo assim, a população negra ainda responde pela parcela significativa de desempregados, um equivalente a 92,6% de pessoas negras em situação de desemprego.

O peso relativo da População Economicamente Ativa negra na Região metropolitana de Salvador, aumenta a cada ano. Em 2010, cerca de 87,4% das pessoas que estavam no mercado de trabalho eram negras. Em 2011, esta proporção passou para 89,0% e, em 2012, evoluiu para 90,4%. Esse aumento pôde ser observado de maneira particular na área da construção civil, setor que respondeu por 7,8% da ocupação da população negra.

Entre os anos de 2011 e 2012, a jornada de trabalho média da RMS, manteve-se estável em 42 horas por semana, embora tenha havido acréscimo de uma hora por semana na jornada dos trabalhadores do setor da construção civil e diminuição na mesma magnitude para os trabalhadores da Indústria de transformação. Os negros possuem uma jornada de trabalho média semanal superior à dos não-negros. No setor de Serviços, os negros trabalham em média duas horas a mais por semana e, na Construção, uma hora. (PED – RMS, 2013).

Mesmo sendo Salvador a cidade mais negra, fora do continente africano, ainda assim é bastante acentuada as desigualdades ocupacionais entre brancos e negros, essas desigualdades são favoráveis à população não-negra, que ocupa os melhores postos de trabalhos, geralmente relacionados a cargos de chefia, e de donos dos meios de produção. Também é massiva a participação dos não-negros nos cargos legislativos, executivos e judiciários, enquanto isso a população negra encontra-se enclausurada em ocupações pouco remuneradas e que não exigem muita qualificação. É importante destacar que o leque de oportunidades de trabalho para os não-negros é bem maior em todos os setores, pois eles estão ocupando desde os cargos mais qualificados e bem remunerados, até os cargos de baixa qualificação formal.

Diferenças marcantes separam o “mundo dos negros” (onde estão os pretos e mestiços pobres) e o “mundo dos brancos” (onde estão os brancos e mestiços ricos, afluentes da mobilidade social). Com essa diferença, chamamos a atenção para o fato de que, no sistema de classificação de prestígio social aqui vigente, há um nítido corte racial, mas há também um corte de natureza sociocultural. Trata-se de um fenômeno do chamado “branqueamento”, estratégia de eludir a cor, escondendo-a nos símbolos dos novos *status* adquiridos pelos indivíduos e grupos sociais em processo de mobilidade. (CASTRO E BARRETO, 1998, grifos e parênteses das autoras)

Nessa separação existente entre o mundo dos negros e o mundo dos brancos, estão contidas condições históricas que relegaram aos negros os trabalhos mais degradantes e as posições sociais mais desprivilegiadas possíveis. Aos negros sempre foram reservados os trabalhos mais forçosos e braçais, com a justificativa de que o negro era forte e suportaria

trabalhos pesados. É importante trazer à luz também o fato de que os níveis de educação formal do negro também sempre foram inferiores aos dos brancos, e essa situação reduz drasticamente as chances de os negros alcançarem a ascensão social. Os negros que conseguiram ocupar posição de destaque na sociedade e melhores postos de emprego foram os que fizeram da educação formal a sua mola-propulsora, mesmo assim as condições salariais entre negros e brancos são bastante desiguais.

Salvador tem um vasto contingente de subproletariado e um elevado índice de pessoas desempregadas, um número superior às demais metrópoles brasileiras. Essas posições de subproletariado e desempregado, atingem principalmente a população negra, que não tendo muitas alternativas, submetem-se a condições de trabalho precárias para garantir sua sobrevivência e a dos seus dependentes.

Neste estudo nos deteremos apenas ao trabalho no setor da construção civil, setor que emprega cerca dos 94,2% dos trabalhadores negros, seja de maneira formal ou informal. Os negros estão nesse setor por ser ele um dos setores que mais tem gerado emprego nos últimos anos. Somando-se isto ao fato de que esse é um setor que não exige muita qualificação formal, uma vez que o ofício é aprendido a partir da observação e da prática, a construção civil é então a porta de entrada para o mercado de trabalho na população negra e pobre de Salvador e região. Como podemos observar na fala de um dos entrevistados:

Eu comecei trabalhando de ajudante, e aí eu fui aprendendo ali, praticando o serviço, olhando o pessoal fazendo e fui aprendendo, e aí conseguir passar a ser pedreiro, consegui a classificação de ajudante prático primeiro, depois passei para pedreiro profissional, e aí continuei. (Topázio)

Assim, o negro encontra no setor da construção civil um local que lhes abre as portas para o mundo do trabalho e garante a sua sobrevivência, ainda que de maneira precária, visto que as jornadas de trabalho nesse setor são muito cansativas e envolvem vários riscos. É importante chamar a atenção também para as baixas condições salariais e para a alta rotatividade, principalmente quando esses trabalhadores estão na informalidade, destituídos de seus direitos trabalhistas, sem nenhuma proteção assistencial e previdenciária.

4.2. O processo de trabalho no setor da construção civil

Ao analisarmos historicamente o setor da construção civil, iremos observar que ele passou por inúmeras transformações ao longo de seu desenvolvimento. Tais transformações ocorreram em virtude da introdução de inúmeros equipamentos de trabalho e de novas tecnologias. Porém, apesar dessas transformações podemos dizer que esse setor traz consigo

características que lhes são muito peculiares. Ele faz uma ligação entre o passado e o presente, ao conservar no seu processo produtivo instrumentos artesanais, e, ao mesmo tempo, incorporar novas tecnologias e equipamentos modernos.

O processo de trabalho na construção civil é marcado pela especificidade de cada obra. Neste sentido, qualquer projeto deste seguimento, seja ele ligado a processo de trabalho, à produtividade ou até mesmo aos cálculos, precisam considerar essas especificidades. Cada projeto, cada obra a ser construída, possui características muito singulares. Deve-se levar em conta o tipo de solo, o tipo de edificação a ser construída, se vertical ou horizontal, tamanho do terreno, vulnerabilidades em virtude das intempéries, etc. Todos estes fatores limitam o controle das atividades neste ramo produtivo. Assim:

As decisões no processo de trabalho dependem de uma cuidadosa avaliação das circunstâncias que envolvem cada construção. A atividade faz-se acompanhar, pois, de uma série de conhecimentos tácitos e saberes empíricos incorporados à experiência e associados às circunstâncias típicas deste ambiente. (COSTA, 2014)

Desta forma, destaca-se aqui a importância do saber profissional, conhecimento que é aprendido a partir de anos de experiência, ensinado de forma oral e por meio da observação dentro do canteiro de obras. Ainda de acordo com Costa (2014), o conhecimento e os saberes presentes na atividade produtiva, estão fortemente ligados à sua tradição, visto que são apreendidos por anos de experiências de atividades em ambientes mutáveis, o que requer do trabalhador, discernimento e autonomia para saber como fazer diante de algumas situações inesperadas que podem vir a surgir no decorrer da obra¹².

Mesmo que a divisão do trabalho no setor da construção civil tenha se tornado cada vez mais comum a partir da nova organização produtiva, com trabalhos cada vez mais descontínuos, flexíveis e precários, o trabalhador não se sente parte apenas de uma parte da obra, ele se sente parte da obra como um todo. Esta realidade foi retratada na música Cidadão, composta por Lúcio Barbosa (1976), “Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar” (BARBOSA, 1976). Essa estrofe revela que o trabalhador da construção civil se encontra em

¹² Desde a tradição taylorista, as organizações do trabalho são essencialmente consagradas à divisão social e técnica do trabalho, definindo a cada um tarefas, atribuições e prerrogativas limitadas. Mas, ainda assim, se os trabalhadores respeitassem escrupulosamente estas diretivas dos engenheiros de métodos e dos gestores, nenhuma produção seria possível. Para que o processo de trabalho funcione, é preciso reajustar as prescrições e afinar a organização efetiva do trabalho, diferente da organização prescrita. À coordenação (prescrita), os trabalhadores respondem com a cooperação (efetiva). Entre as duas se interpõe uma sériecomplexa de iniciativas que, quando é eficiente, resulta na formação de «regras de ofício», elaboradas pelos trabalhadores, as quais consistem no estabelecimento de acordos entre os membros do coletivo a respeito das maneiras de trabalhar. Trata-se aqui de compromisso entre os estilos de trabalho, entre as preferências de cada trabalhador, de forma a torná-los compatíveis. Chegar a este resultado supõe que cada trabalhador, individualmente, se envolva no debate coletivo para nele dar testemunho de sua experiência, esforçando-se para tornar visíveis e inteligíveis suas contribuições, seu saber-fazer, suas habilidades, seus modos operatórios. Não basta que ele dê testemunho de sua atividade efetiva; o que é preciso, ainda, é que ele a torne compreensível e que justifique os distanciamentos que se autoriza em relação aos procedimentos. (DEJOURS, 2004)

todo o processo, pois consegue reconhecer seu trabalho depois de pronto, a pesar de ter o seu acesso a esse produto negado como pode ser observado na estrofe seguinte: “mas me chega um cidadão e me diz desconfiado tu tá ai admirado? Ou tá querendo roubar? ”. A respeito desta negação de acesso e discriminação do trabalhador da construção civil, falaremos posteriormente. Detenhamo-nos agora ao processo de trabalho nesse setor.

O processo de trabalho no setor da construção mescla-se entre o trabalho manual e o industrial, pois boa parte do processo produtivo é realizado manualmente, mas ao mesmo tempo tem-se a utilização de máquinas, mesmo que de maneira marginal. Apesar de toda segmentação que envolve este setor produtivo, ele traz como peculiaridade a dependência do domínio do saber fazer sobre o processo de trabalho, que só pode ser adquirido por meio do envolvimento do trabalhador com o espaço laboral. É um saber adquirido no próprio campo de trabalho. Esta forma de aprendizado que é compartilhado dentro dos canteiros de obras é bem enfatizada pelos trabalhadores quando interrogados como aprenderam o ofício eles revelavam que:

Fui trabalhando de ajudante, aí vai levando devagarzinho. Comecei em 76, aí fui pegando perfeição, melhorando, aí cresci na vida da construção como pedreiro, é uma arte muito bonita, que eu mais gosto. A gente tem que fazer o que gosta, não é?
(Morion)

Esta fala torna límpido que o ofício da construção civil é aprendido de forma gradual, dentro do próprio canteiro de obras, normalmente eles começam como ajudantes e com o passar do tempo os classificados tornam-se profissionais. Atingem um outro patamar na cadeia produtiva. A baixa escolaridade dos trabalhadores da construção civil não os impedem de deter o conhecimento necessário para a execução de suas atividades. No entanto, é a experiência que se faz sumamente importante para determinar a sua qualificação, bem como a sua ascensão na hierarquia, podendo passar de ajudante a profissional e até mesmo alcançar o cargo de mestre de obras.

De acordo com Costa (2014), é difícil enquadrar o setor da construção civil dentro de uma forma de organização do trabalho, devido as especificidades do seu processo produtivo. Segundo este autor, uma análise apressada desse setor, poderia levar a uma interpretação equivocada a respeito do seu processo produtivo levando a uma ideia de que a base técnica desse setor apresenta características de um trabalho artesanal. Porém, no trabalho artesanal, existe uma clara unidade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, já no setor da construção o trabalhador executa aquilo que é traduzido no canteiro pelos engenheiros, mestres e pelos técnicos em edificações.

Ainda de acordo com Costa (2014), se a base técnica desse setor não pode ser considerada artesanal, ela também não pode ser considerada como uma estrutura industrial, uma vez que a base do trabalho é realizada na ausência ou com a presença marginal de máquinas a depender do porte da obra. Segundo alguns autores, o processo produtivo da construção se aproxima da manufatura, devido à grande presença do trabalho manual. Desta forma, é arriscado emitir um conceito sobre o processo produtivo como todo para o setor da construção civil, visto que é um setor que envolve várias peculiaridades que estão ligadas a especificidade de cada subsetor.

A heterogeneidade desse setor ocorre primeiramente por ser ele constituído por subsetores nos quais, cada um deles comporta características específicas que vão de pequenas reformas a grandes e complexas produções. Para cada subsetor existe um processo de trabalho específico. Em segundo lugar o contingente de trabalhadores envolvidos em uma obra também se difere de construção para construção, o mesmo se observa com a gestão organizacional. Existem várias formas de inserção do trabalhador no meio produtivo, seja eles terceirizados ou via contratação formal. Outra peculiaridade desse setor é a alta variabilidade, a flexibilidade e a descontinuidade dos processos.

A partir da racionalização dos processos produtivos, houve um grande estímulo para que as empresas adotassem os modelos de qualidade, o que diminuiria a variabilidade desse setor a partir da padronização de certos procedimentos. Tomemos por exemplo de padronização a utilização de argamassa pré-misturada para contrapiso e rebocos de paredes. A utilização destes materiais já vem prescrita na própria embalagem, ou seja, a utilização deste produto retira do campo de trabalho as atividades de preparação do mesmo, além de ser realizada da mesma forma por todas as empresas. O desenvolvimento destes e de outros produtos resultam na racionalização do processo por meio de prescrições que são impostas ao trabalhador.

Os modelos de qualidade tornaram-se referência no setor da construção. Ela engloba alguns objetivos básicos tais como: excelência dos processos, melhoria contínua, criação de um melhor relacionamento com os clientes e com os fornecedores e o envolvimento de todos os trabalhadores com uma clara orientação para o mercado, (VILLELA, 2008 apud COSTA, 2014). Os esforços para a redução das variabilidades do setor viabilizaram a incorporação de novos sistemas produtivos, como os modelos de qualidade da ISO e do PBQP-H - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat. O PBQP-H foi instituído em 1998, a partir de uma iniciativa conjunta entre o governo federal e o setor da construção civil, com o objetivo de criar um projeto de qualificação para as empresas desse ramo.

De acordo com Costa (2014), este projeto de qualidade abrange às modalidades de obras ligadas a urbanização, ao saneamento básico, transporte urbano e habitação, o que facilita a obtenção da certificação da ISO 9001 pelas empresas participantes. Estas classificações visavam também tornarem-se referência para o financiamento das obras junto aos bancos públicos. Ressalta-se, no entanto, que apesar de amplamente difundida a adoção das certificações não abrangiam todas as empresas, mas apenas as empresas de médio e grande porte. Sendo assim, essa realidade não faz parte da vivência das indústrias de pequeno porte como é o caso da maioria das empresas do setor de edificações.

Ao adotar estratégias de melhoria de qualidade as empresas passaram a investir no treinamento dos profissionais visando a adequação dos mesmos ao novo processo de trabalho. Esses treinamentos além de enfatizarem os aspectos técnicos do novo modo de produzir, enfatizam também a subjetividade, incentivando os trabalhadores a participar de ações para a melhora da produção a través das reuniões de Diálogo Diário de Segurança (DDS). Tal ferramenta é utilizada pelas empresas visando a redução dos custos com a assistência médica, melhoria da produtividade e do ambiente de trabalho bem como o aumento do nível de satisfação e de segurança dos trabalhadores. O modelo de qualidade também abrange o processo de racionalização da utilização dos recursos a partir de atividades planejadas e previamente calculadas. Objetivando a padronização das tarefas, minimização do tempo ocioso e a segurança do trabalho.

4.3. Os impactos do trabalho precarizado na vida dos trabalhadores.

O alto nível de desemprego faz com que os trabalhadores busquem alternativas para garantir sua sobrevivência, e a dos seus familiares atuando como biscateiros ou nas formas precárias de contrato de trabalho, como exemplo, a subcontratação. Nesta forma de contrato, as empresas retiram de si as responsabilidades com o trabalhador passando-a a terceiros, esses por sua vez estabelecem contratos precários no qual o trabalhador é completamente descoberto de seus direitos trabalhistas. O trabalho precarizado reafirma a lógica da instabilidade, e aprofunda a dominação do capital pelo trabalho, funcionando desta forma, como um mecanismo utilizado pelas empresas para manter o trabalhador sobre seu domínio. O medo do desemprego faz com que o trabalhador ceda diante das pressões e ameaças dos patrões. Ou trabalha em ritmo acelerado e com baixos salários, ou então são demitidos. Pois, existem muitas pessoas fora do mercado de trabalho esperando uma oportunidade para ser admitido.

A baixa escolaridade do trabalhador da construção civil é um dos fatores que favorecem a sua permanência nesse setor, uma vez que este ramo de atividade não exige alto nível de escolaridade. O ofício é aprendido no próprio canteiro de obras, a partir da observação. Os trabalhadores vão se tornando profissionais a partir da experiência adquirida com o tempo. Neste aspecto, o trabalhador conta com a solidariedade de seus colegas para ensinar-lhes a profissão, eles começam como ajudantes e vão se classificando para as demais categorias, como pedreiros, carpinteiros, pintores, armadores, dentre outras funções dentro da obra. Durante a pesquisa, alguns entrevistados revelaram que adentraram no campo da construção civil por não terem muito estudo. Segundo os próprios entrevistados, a construção civil é um setor que abre as portas para todos os trabalhadores. Assim, quando foi perguntado aos trabalhadores o motivo pelo qual eles escolheram este seguimento para atuar, eles colocaram a questão da baixa escolaridade como um dos fatores que mais influenciaram na sua escolha profissional. Vejamos com mais propriedade a partir da seguinte fala:

“Pra falar a verdade, depende do estudo. A gente não estudou o bastante pra outro setor assim ficou muito puxado e construção civil não exige muito assim escolaridade entendeu? Você soube medir um piso, aprumar uma parede levantar um bloco, aí você passa, mais pra outro setor assim, necessita de estudo.” (Ametrino).

Desta forma, observa-se que a qualificação formal assume um papel importante na vida dos trabalhadores, e a ausência dela dificulta o acesso a outros mercados de trabalho, que exigem cada vez mais os profissionais qualificados. A baixa qualificação é utilizada pelo patronato como um mecanismo de coerção para manter o profissional sob condições precárias de labor, uma vez que este talvez seja seu único meio de permanência no mercado de trabalho. De acordo com Santana e oliveira (2004), a baixa escolaridade destes trabalhadores pode ser fruto de sua precoce inserção no mercado de trabalho. Muitas crianças começaram a trabalhar logo cedo para ajudar a compor a renda familiar. Esta situação de trabalho infantil dificulta a permanência das crianças no ambiente escolar. Sendo assim, muitas crianças e adolescentes deixam de estudar e dedicam-se somente ao labor. Um dos entrevistados que estudou até a 5^o série, com idade atual de 64 anos, ainda em atividade, revelou ter começado a trabalhar ainda quando criança, acompanhado seu pai. Vejamos:

“...meu pai saía para trabalhar e me levava com ele, eu achava que era um castigo, mas não era. Foi bom pra mim. (...) eu achei que as outras áreas estavam ficando difícil para viver, então a primeira opção que eu achei foi a construção civil, porque na construção civil eu já tinha o princípio com meu pai, aí segui em frente” (Benitoite)

Nota-se, a partir desta fala, que o fato dele ter começado a trabalhar ainda quando criança influenciou na sua escolha profissional. Ora, com baixo nível de escolaridade, não lhes restavam muitas oportunidades a não ser aquilo que ele sabia fazer, e que havia sido

ensinado por seu pai. Não ter tido a oportunidade de terminar os estudos tornaram reduzidas suas chances de inserir-se em outro meio produtivo, visto a construção como local mais viável para sua inserção profissional.

Outra forma de precarização que atinge o trabalhador da construção civil pode ser observada a partir das alternativas que eles encontram como forma de garantir sua sobrevivência. Muitos dos profissionais quando estão desempregados, são obrigados pelas circunstâncias a trabalhar fazendo biscates para garantir o sustento até que sejam novamente absorvidos pelo mercado de trabalho. Quando esses profissionais atuam por conta própria, os riscos de acidentes se potencializam, pois, normalmente não há a utilização de todos os equipamentos de proteção individual, o que os deixam totalmente expostos aos riscos. Neste sentido, os trabalhadores adotam algumas medidas de proteção para diminuir os riscos de acidentes, tomando sobre si a responsabilidade de qualquer eventualidade, conforme evidenciada na fala a seguir:

“Ai infelizmente a gente pouco usa (equipamento de Proteção). Mas também depende de cada um né? Eu mesmo se eu vejo as responsabilidades, se eu vejo que o lugar tá perigoso, tem fio de energia, não tá dando pra trabalhar, a gente vai tentar proteger, a cima de 4 metros 2 metros a gente usa cinto entende? A gente tenta se proteger, porque aí a culpa é da gente mesmo, se a gente tiver um acidente né? Depende da gente.” (Ametrino)

Como estão descobertos pela previdência, estes sujeitos sócio-políticos amargam incertezas sobre o seu futuro e sobre o futuro de sua família. Uma pesquisa realizada pelo DIEESE (2012), revelou que o número de trabalhadores chefes de família que atuavam na construção civil por conta própria em 2011, atingia o percentual de 64,35 %. Isto significa que um acidente grave afeta diretamente a situação financeira dessas famílias. A incapacidade de realizar sua atividade laboral produz sofrimento no trabalhador, uma vez que o trabalho possui um significado ontológico na vida do ser social, há toda uma representação que envolve essa categoria, descrita por Engels como elemento fundante do homem. A partir do momento que ele se percebe impossibilitado de fazer parte desse meio, ele se sente desvalorizado pela sociedade devido a sua incapacidade produtiva.

Conforme elucidam Santana e Oliveira (2008), O trabalho para o homem tem todo um valor moral, sem o qual sua sobrevivência seria impossível. E esse valor moral se torna mais evidente, numa sociedade patriarcal, na qual o homem se coloca como o provedor e de sua família. O ato de não trabalhar o coloca em um lugar desconfortável, desperta uma sensação de incapacidade. Neste sentido o trabalho funciona como uma fonte de auto respeito e de reconhecimento pelos outros (Salanova et al. apud Oliveira e Iriart 2008). Em tempos de capitalismo flexível, este auto respeito e reconhecimento pelos outros, relacionado ao fato do

homem estar inserido no mundo do trabalho, é constantemente tensionado, o que leva à “corrosão do caráter” deste ser social. Segundo Sennett (2009) o caráter são traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais os outros nos valorizam. A partir do momento que este ser social se encontra fora do mercado de trabalho esta autovalorização e a valorização do outro é rompida. Pois, este se encontra inserido em uma sociedade na qual o ato de trabalhar é colocado a todo tempo como uma questão de valor moral, o homem que não trabalha é visto como “vagabundo” e preguiçoso, perdendo assim o respeito a valorização social.

No ramo da construção civil, alta rotatividade, a fragmentação e descontinuidade das obras também se caracterizam como expressões de precarização. De acordo com Sennett (2009), o capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro. Enquanto no sistema fordista havia uma estabilidade no trabalho que permitia os trabalhadores projetarem um futuro, fazer um plano de carreira e até mesmo pensar na aposentadoria. Este atual sistema flexível cerceia as possibilidades de projeção futura. O profissional lida diariamente com a dúvida, com o medo e com a impossibilidade de projetar. Assim, submetem-se a situações de trabalho que muitas vezes deteriora sua saúde física e mental além de dificultar a criação de laços de solidariedade entre os pares. Esta situação pode ser transparecida a partir da fala a baixo, quando um dos entrevistados foi perguntado sobre a competição dentro do canteiro:

É o que mais rola, um querendo queimar o outro, querendo desfazer, querendo ser mais sabido. Como lá onde eu tô mesmo, eu tava trabalhando lá com a culé, tem cara lá que é profissional, tudo com raiva, porque eu to na culé e tô pegando o serviço (,,). O encarregado não, que ele já é mestre, botou para os cara fazer outra função, os cara tá tudo xingando porque eu tô fazendo outra função melhor que a dele entendeu? Por que eu já vim da primeira marcação, da segunda e da terceira também, os cara tá tudo com raiva, roubaram até minha culé (Risos), levaram, ficaram com raiva porque eu tô fazendo um serviço melhor que o deles, eu tô pegando produção e eles não. Mas essas coisas acontecem. (Heliodoro)

Esta fala revela que a competição e a falta de solidariedade estão presentes dentro do canteiro de obras, e é estimulada pelos supervisores a partir do momento que coloca o funcionário para trabalhar em uma função que não é a sua. Essa é uma situação bastante recorrente nessa nova ordem produtiva, na qual as empresas procuram o trabalhador polivalente, capaz de realizar diversas funções e se adaptar facilmente às mudanças do mercado. O trabalhador que não consegue se adaptar é logo descartado e substituído por um novo, é a degradação da pessoa humana, tratada como um simples objeto que quando se torna obsoleto é imediatamente jogado fora.

A alta rotatividade no campo da construção civil é naturalizada pela intermitência das obras. O novo modelo de produção descentralizou as atividades dentro dos canteiros, a cada nova etapa do trabalho, uma grande quantidade de trabalhadores é demitida para que outra etapa possa ser iniciada com novos profissionais contratados. Em um canteiro de obras, diversas empresas atuam de forma conjunta por meio da terceirização. Nesta forma precária de contrato, os profissionais são contratados para participar de uma determinada etapa da obra. Tomemos por exemplo as empresas que trabalham na etapa da fundação de uma obra, passando essa fase inicial da construção, essa contratada retira-se do canteiro para que a etapa posterior possa ser iniciada. Os trabalhadores da fundação são demitidos e ficam à espera do início de uma nova obra para que possa voltar ao mercado de trabalho. Desta forma, a construtora principal torna-se apenas uma gerenciadora das obras, ela assina o projeto, no entanto, atua em conjunto com as empreiteiras, que geralmente são empresas menores que fornecem serviços em determinadas etapas do processo construtivo.

Esta alta rotatividade causa diversos impactos na vida do trabalhador, como a incerteza, a fragilidade dos vínculos, o trabalho sob pressão para o cumprimento dos prazos, bem como o vai e vem destes operários em busca de um novo local para exercer sua atividade. Como grande parte destes operários são pessoas que migram do interior para a capital, muitos deles deixam suas famílias no interior, em busca de trabalho. O que gera certa fragilidade nos vínculos familiares e até mesmo comunitário; esse convívio com seu lugar de origem restringem-se apenas nos finais de semana. Neste sentido, Sennett (2009), traz algumas colocações, sobre a dificuldade que as pessoas enfrentam para construir uma narrativa de identidade e de história de vida em uma sociedade fragmentada. Ainda de acordo com Sennett (2009), o novo modelo econômico pautado em curtos prazos faz com que o trabalhador viva a deriva no tempo, passando de lugar em lugar, de emprego em emprego. O capitalismo corrói o caráter, de maneira especial o caráter que liga as pessoas umas às outras, fazendo com que elas se identifiquem com ela mesma, com o outro e até mesmo com o lugar, criando assim relações sustentáveis.

O trabalhador da construção civil amarga esta experiência de viver de lugar em lugar, tendo seus vínculos familiares fragilizados pela falta da convivência. Experimentam diariamente a ausência de seus familiares, de seus amigos e de seu local de origem. Esta realidade foi descrita por um dos entrevistados, cuja fala estava carregada de sentimento e a voz embargada ao falar de seu filho de 4 anos de idade. Vejamos:

(...) com relação a saudade né? Que fica muito, pela convivência que a gente não tem no dia a dia, por que a gente perde né? de tá acompanhando. Simplesmente meu filho, que tem quatro anos e assim, ele tá crescendo agora, tá começando a se

desenvolver e essa fase dele eu não tá acompanhando, para mim se torna um pouco difícil, mas com relação a superar a gente vai buscando a superação a cada dia. (Malaquite)

Mesmo passando por dificuldades, o trabalhador da construção civil tenta superá-las diariamente, para garantir o sustento de sua família, busca forças para levantar todos os dias e enfrentar as exaustivas jornadas de trabalho, enfrentar os riscos e seguir em frente. Muitos permanecem neste setor por não ter oportunidade de ser inseridos em outro ramo produtivo. Veem nele seu meio de sobrevivência, seu sustento, se agarram a ele como uma oportunidade única de suprir suas necessidades imediatas.

Os trabalhadores da construção enfrentam uma jornada de trabalho diária de 9 horas por dia, segundo os entrevistados eles trabalham 1 hora a mais para pagar o dia de sábado e, quando solicitado pela empresa, realizam horas extras para que a obra seja entregue dentro do prazo estabelecido. Sabe-se que boa parte do trabalho neste setor é realizado de forma braçal. Os excessos de horas trabalhadas geram mais desgaste físico, comprometendo assim a integridade física e mental dos trabalhadores. De acordo com Andrade, (2015):

A partir da reestruturação produtiva e a necessidade inexorável de redução de custos entre outras razões (...), acompanham o novo paradigma de organização e gestão produtiva, assentado na nova lógica de retração dos postos de trabalho e intensificação das jornadas, se por um lado contingentes de trabalhadores vivem efeitos do desemprego, por outro os que mantêm-se nos trabalhos precarizados suportam o gradativo aumento da exploração de sua força de trabalho e os problemas de saúde decorrentes da intensificação do trabalho.

Assim, a intensificação das jornadas de trabalho, é mais um instrumento utilizado pelos empresários para a exploração dos seus funcionários, extração da mais valia e empobrecimento do trabalhador, estão na ordem do dia dos donos do capital. Os trabalhadores têm suas vidas cada vez mais impactadas pelo trabalho precarizado; a saúde comprometida pelas jornadas extenuantes e sua vida social cerceada. O labor lhes tira o descanso. Após a árdua jornada restam apenas o cansaço e a fadiga, somados às dores físicas e os transtornos mentais, gerados pelo medo de ficar desempregado, de não dar conta da tarefa, etc. Conforme elucidada Dejours (1992 p. 74), o medo, seja proveniente de ritmos de trabalho ou de riscos originários das más condições de trabalho, destrói a saúde mental dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável. Compreende-se desta forma que os impactos do trabalho precarizado no setor da construção civil afeta a totalidade da vida dos trabalhadores, causando danos irreparáveis e comprometendo toda sua forma de ser.

4.3.1 O processo trabalho na vida dos trabalhadores da construção civil.

Mesmo com as inovações tecnológicas ocorridas nos últimos tempos, a indústria da construção civil vem mantendo um alto grau de originalidade no vasto conjunto de suas atividades. Normalmente as pessoas associam o setor da construção civil apenas ao subsetor de edificações, porém essa indústria é composta por três subsetores: construção pesada, montagem industrial e por fim o subsetor de edificações, este último constitui-se o objeto do nosso estudo, ele inclui a construção de edifícios residenciais, comerciais, industriais, construção de conjuntos habitacionais e realização de partes de obras como, fundação, estruturas e instalações, e ainda a execução de serviços complementares como é o caso das reformas. (FARAH, 1996)

O seguimento da construção civil, bem como em outros setores da indústria vem passando por uma série de transformações, que alteram o seu processo de trabalho e sua forma de organização produtiva. A partir dessas transformações, muitas empresas vêm aderindo novas formas de gestão de força de trabalho por meio da adoção de novas tecnologias. É importante destacar que este processo de adoção de novas tecnologias não aconteceu de maneira homogênea em todo o país, elas acontecem de forma lenta e gradual, sendo uma realidade mais presente nas empresas de grande porte.

No entanto, a indústria da construção contém características muito próprias e que revelam seu caráter complexo e dinâmico. Neste sentido, podemos citar a descontinuidade da produção, caracterizada pela fragmentação do processo produtivo, em etapas sucessivas, o que requer do trabalhador habilidades específicas e fácil adaptação às mudanças de empresa devido à alta rotatividade. Além dos aspectos citados a cima, é importante salientar que a reestruturação produtiva tornou o processo de trabalho mais intenso uma vez que, cada etapa do processo produtivo tem um prazo definido para terminar. Sobre o processo produtivo na indústria da construção, Oliveira (2008) assevera que:

(...) esse ramo apresenta uma condição híbrida entre produção mecanizada e manufaturada. Todavia, de forma geral, o processo produtivo pode ser caracterizado como manufatureiro, visto que: não se trata de um trabalho artesanal, pois existe divisão entre concepção e execução das atividades, nem se trata de uma indústria taylorista ou fordista, posto que o “saber fazer” ainda está nas mãos dos operários e a presença de máquinas é marginal. (OLIVEIRA, 2008)

A reestruturação produtiva traz como imperativo a intensificação da competitividade, a racionalização dos custos e dos processos produtivos e o enxugamento dos setores, retirando dos canteiros de obras etapas importantes do processo de produção. Existe um forte imperativo por maior eficiência, aumento da produtividade, da redução dos prazos para a execução das obras, e dos custos de produção. Porém por se tratar de um trabalho cuja maior

parte das atividades é realizada de maneira braçal, os trabalhadores recebem o ônus da intensificação, visto que esse processo exige dele mais dispêndio de forças e jornadas mais exaustivas a fim de que os prazos estabelecidos sejam devidamente cumpridos. As inovações introduzidas no processo de trabalho da construção civil, sejam elas a nível organizacional ou tecnológico, respondem aos anseios do mercado competitivo do sistema capitalista. Porém:

Este processo não é homogêneo, manifestando-se de forma diversificada, não apenas segundo a Filosofia da empresa com relação à mudança, mas também conforme os seguimentos de mercado em que as empresas atuam, segundo o tipo de contrato estabelecido e segundo o porte da obra, entre outros aspectos. (FARAH 1996)

Nota-se desta forma que, as inovações tecnológicas entram com força no subsetor de obras pesadas, por exemplo, que requer maior utilização das máquinas para abertura de vias dentre outras atividades. Porém no subsetor das edificações o processo de trabalho é realizado em grande parte de maneira manufaturada, na qual parte significativa do controle do processo está nas mãos do trabalhador. Neste sentido, a intensificação das jornadas de trabalho repercute diretamente de maneira negativa na vida dos operários, trazendo consequências danosas para a saúde dos mesmos.

São conhecidos inúmeros casos de adoecimentos provocados pelas jornadas de trabalho exaustivas, como as doenças osteomusculares, hipertensão, ansiedade e outros sofrimentos psíquicos que acometem o trabalhador. A intensificação da jornada de trabalho gera ansiedade no profissional, uma vez que ele precisa cumprir uma meta, precisa produzir e, dessa produção depende sua remuneração e, conseqüentemente, o seu sustento e o sustento de seus dependentes. A ansiedade responde então ao ritmo de trabalho, de produção, à velocidade e, através destes aspectos, ao salário, aos prêmios, às bonificações (DEJOURS, 1992, p.75). Desta forma, os trabalhadores se lançam em um ritmo de trabalho totalmente acelerado e desgastante, essa ansiedade potencializa os riscos de acidentes além de um progressivo esgotamento físico e mental.

O processo de trabalho na construção oscila entre o novo e velho modo de produzir, se por um lado temos a introdução de máquinas que facilitam o processo e o torna mais rápido, por outro lado temos o trabalho braçal, no qual os operários despendem toda sua força humana para desempenhar as atividades que lhes são designadas. Muitas vezes as atividades braçais são realizadas de forma levianas, sem que haja uma preocupação com a postura adequada. Para eles, a força e a bravura são sinônimos de masculinidade, serve para provar para se mesmo e para seus colegas que são homens o suficiente para aguentar o trabalho pesado, desta forma o trabalhador não se atentam à certas regras de segurança como:

(...) os conselhos relativos ao levantamento manual de carga: ajoelhar-se, segurar a carga no chão e levantar-se utilizando os quadríceps, que são os músculos mais

poderosos do corpo, é preferível a inclinar-se o tronco e aprumar-se acionando a musculatura dorsal mais frágil, utilizando os ossinhos móveis que são as vértebras e ocasionando assim "mal jeito nas costas", dorsalgia, lombalgia e ciáticas. (DEJOURS, 1992, p 69)

Sobre essa situação a cima descrita, Dejours (1992), revela que, essas atitudes de rejeição a certas normas de segurança por parte dos trabalhadores não são sinônimo de ignorância ou mesmo de desconhecimento do risco, é apenas um mecanismo de defesa para ocultar o medo do ambiente laboral. Ainda de acordo com Dejours (1992), a consciência aguda do risco obrigaria o trabalhador a tomar tantas precauções individuais que o tornaria ineficaz do ponto de vista produtivo. Ou seja, o trabalhador tomaria tanto cuidado que não iria conseguir desempenhar sua atividade por medo de acontecer qualquer tipo de acidente que colocasse em risco a sua vida e a vida de seus colegas.

O advento das novas tecnologias não retirou o trabalho pesado do setor da construção civil, apenas o escondeu. Por trás das empresas enxutas existe um vasto contingente de trabalhadores que atuam de maneira precária, com contratos informais, e com baixas remunerações, pessoas que convivem com o “fantasma” do desemprego e com a insegurança sobre o seu futuro. No sistema flexível não há como planejar, vive-se apenas do hoje e do imediato. Assim, constata-se que as condições de trabalho no setor da construção civil são pouco diferentes das de antigamente no que toca o trabalho pesado, por exemplo, e por vezes piores, por constantes infrações às leis trabalhistas, que destitui os direitos dos trabalhadores por meio das subcontratações (OLIVEIRA, 2008).

Geralmente os trabalhadores da construção civil tem uma jornada de trabalho que se inicia às 7:00h e se estende até às 17:00. Isto quando eles não realizam horas extras, recebendo um saldo por dia de trabalho ou por produção. Quando o trabalhador recebe por produção ele é levado a trabalhar em um ritmo mais intenso, visto que o saldo do seu dia de trabalho irá depender do quanto ele produz. Já os trabalhadores autônomos estabelecem seu próprio ritmo de trabalho, quantidade de horas trabalhadas possuindo assim uma rotina de trabalho mais flexível. Neste estudo, essa realidade pode ser observada na fala de um dos entrevistados ao revelar que:

Se a crise não tivesse assim bagunçado tudo eu preferia trabalhar para mim, a gente ganha mais um pouco e não trabalha para os outros, a pressão é menos tá entendendo. Se quiser ir você vai se você não quiser ir você não vai, se quiser sair mais cedo e carteira assinada não. Carteira assinada você tem que bater aquele cartão de manhã meio dia e de noite. Se eu tivesse empregado mesmo, hoje eu já tinha que está lá uma hora dessa no batente, agora eu tô aqui, se eu quiser ir eu vou, se eu não quiser ir eu não vou. Se eu quiser eu vou, meio dia eu venho embora. (Ametrino)

Constata-se na fala deste trabalhador que os operários da construção civil são submetidos a várias situações laborais, nas quais eles são levados a vivenciarem múltiplos processos de trabalho. Estes processos são experimentados a partir no modo com eles estão inseridos no mercado de trabalho, se estão atuando de forma autônoma ou a partir de contratos formais, se trabalham para si ou para terceiros. Assim, este profissional pode atuar realizando diversas atividades, ou apenas uma, para a qual ele foi contratado, pode atuar com supervisão, caso estejam trabalhando em uma empresa, ou sem supervisão. No caso do trabalho autônomo, podem obedecer às jornadas de trabalho fixas ou ter uma jornada mais flexível, conforme explicitado na fala do entrevistado.

A flexibilidade no trabalho, com relação ao controle do tempo, acontece quando o profissional está trabalhando de forma autônoma, de modo que os contratos são firmados oralmente. Nesse regime de trabalho é o próprio empreiteiro quem monta sua equipe. Porém, esse regime autônomo traz uma série de implicações para a vida desses profissionais, uma vez que os riscos de acidentes se tornam mais iminentes. Quando estas atividades são realizadas sem supervisão não existe uma preocupação com a utilização dos equipamentos de proteção individual, o que aumenta as chances de acidentes, colocando em risco a sua própria vida e a dos outros.

4.3.2. Os riscos presentes no trabalho da construção civil

A Indústria da Construção civil ocupa um lugar importante na economia brasileira, ela contribui significativamente com o PIB nacional, não obstante a isto, este é um setor que abarca grande parte da população pobre e negra na Região Metropolitana de Salvador. A atividade nesse setor é tradicionalmente conhecida pela alta rotatividade, pelo trabalho intensivo, por seu caráter heterogêneo, no que toca o tamanho das empresas, se de grande, médio ou pequeno porte. O nível de tecnologias empregados nesse setor também irá variar de acordo com o porte das empresas, no caso do subsetor de edificações o uso de tecnologias geralmente é marginal, prevalecendo o trabalho braçal.

A forma de organização do trabalho desse setor é bastante variada, ele conta com grande participação de empresas terceirizadas, trabalhadores autônomos, e subcontratação de tarefas. Os trabalhadores desse setor desempenham atividades bastante perigosas e desgastantes pelas extensas jornadas de trabalho. Este é um dos setores que mais ocorrem acidentes que resultam em lesões temporárias ou permanentes, fraturas, quedas de alturas, perda de membros, ou até mesmo a acidentes fatais.

Quando ocorre um acidente de trabalho, este deve ser registrado por meio da emissão de um documento chamado CAT – Comunicação de acidentes de trabalho, porém em muitos casos esse documento é entregue com atrasos ou nem chegam a ser emitidos pelas empresas. No entanto, é importante lembrar que o fato de negligenciar a emissão deste documento gera um subregistro do número de acidentes de trabalho, dificultando um diagnóstico mais preciso sobre o mesmo. Porém, desde abril de 2007, o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, implementou uma nova metodologia de concessão de benefícios acidentários, que prescindia da CAT. Tal metodologia indica a existência de um acidente de trabalho por meio da correlação entre a lesão produzida e a atividade que o trabalhador realizava, havendo a correlação o trabalhador teria direito ao benefício acidentário e, conseqüentemente, deduz-se a existência de um acidente de trabalho. A partir de então, o Anuário de estatísticas de acidentes de trabalho – AEAT passou a apresentar uma nova categoria de acidente de trabalho, que são os acidentes sem o registro de CAT. (MPS, 2014)

De acordo com os dados do Ministério da Previdência Social, em 2012, foram registrados cerca de 63 mil acidentes de trabalho no setor da construção civil. Estes acidentes resultaram no afastamento de 27.363 pessoas pelo período de até 15 dias do local de trabalho, 26.175 pessoas ficaram afastadas por um período superior a 15 dias; 1.448 trabalhadores ficaram inválidos e 450 perderam a vida em acidentes neste setor. Os dados podem ser alterados se levarmos em conta a quantidade de trabalhadores informais que atuam neste seguimento, e que por sua vez tem os riscos de acidentes de trabalho potencializados por estarem atuando por conta própria. Conforme evidenciam Santana e oliveira (2008), os trabalhadores da construção civil mostram mais precarização que os demais trabalhadores.

Os relatos dos trabalhadores acerca de sua atividade neste setor demonstraram que eles têm consciência de que atuam em um ramo de atividade extremamente arriscado, porém enfrentam esses riscos por depender desse trabalho para garantir seu sustento e o sustento de seus familiares. Convivem com o medo e dizem tomar cuidado para que não ocorram acidentes. Contudo, sabe-se que os cuidados coletivos são tão importantes quanto os individuais. De acordo com Dejours (1992), o risco é, via de regra, coletivo, na maioria das situações de trabalho onde vários operários colaboram na mesma tarefa. Quando os trabalhadores foram perguntados se já haviam sofrido ou presenciado algum tipo de acidente de trabalho, houve muitos relatos de acidentes que envolviam o coletivo. Estes acidentes nunca eram vivenciados de maneira isolada, sempre tinha um segundo ou terceiro envolvido:

“Ah a gente se protege, porque primeiro, quando a gente chega sete horas a gente tem que usar os equipamentos, o capacete, bota e luva, entendeu? A farda que é o comum. Nós tem que se proteger, se a gente for para uma altura tem que ter o cinto

de segurança. Como eu aqui, se o elevador quebrar eu vou me salvar como? Eu vou abrir a porta de cima, tipo um alçapão, e vou salvar todo mundo com o cinto de segurança, passar para dentro do pavimento, entendeu? Graças a Deus nunca aconteceu, eu já tenho 20 tantos anos de operário com essa máquina e nunca aconteceu e eu vou terminar me aposentando de boa e nunca vai acontecer em nome de Jesus.” (Jacinto)

“Já. Eu tava numa parte descarregando as partilhas aí a gente descendo do carrinho assim, aí o carro pegou um embalo, aí eu tropecei numa caixa assim aí eu botei minha mão por cima, aí eu quebrei minha mão. Aí eu levei seis meses afastado.” (Heliodoro)

“Já vi, já apreciei, já tirei gente que o guincho esmigalhou a cabeça, tava com a cabeça em baixo pegando o material, a balança veio e achatou e esmigalhou ele, mais não foi eu que tava operando, foi outro colega que tava trabalhando embriagado. Eu graças a Deus graças a Deus nunca bebi, nunca fumei. Ele só trabalhava dia de ... naquela época nós trabalhava dia de sábado até 11 horas para fechar o remunerado e ele só vinha embriagado entendeu? Aí tava trabalhando embriagado que hoje em dia não pode, que tem as técnicas de segurança na obra que se ver com um bafo de bebida já tira do canteiro. Agora tá tudo normal, mais antigamente. Aí eu apreciei vários acidentes e muita morte.” (Jacinto)

A partir da primeira fala do trabalhador, observamos que a existência real dos riscos nesse setor faz com que os profissionais reconheçam importância do uso dos equipamentos de proteção individual, ao mesmo tempo revela a preocupação com a segurança pessoal e coletiva. Um possível acidente coloca em risco a vida de todos os trabalhadores envolvidos na tarefa. A segunda fala torna límpido que um acidente pode provocar o afastamento temporário do trabalhador, além da fratura do membro. A terceira fala narra a ocorrência de um acidente fatal, protagonizado por um trabalhador embriagado. Aqui o uso de bebida alcoólica pode ser entendido como uma válvula de escape para enfrentar os riscos do ambiente de trabalho.

De acordo com a narrativa do trabalhador, este acidente fatal ocorreu em uma atividade realizada no final de semana, no dia de descanso do trabalhador, que já vem esgotado de uma árdua semana de trabalho e ainda tem que estender essa jornada até o sábado para “fechar o remunerado”. Porém, esse trabalhador não tem condições físicas nem psicológicas para ter essa jornada de trabalho estendida, pois ela demanda muito esforço para ser desempenhada, soma-se essa realidade ao peso da responsabilidade de estar lidando com a vida de outras pessoas envolvidas no processo. Assim, conforme elucidada Dejours (1992), o vinho, a aguardente, são uma dose de energia nem tanto física, mas psicológica, que ajuda a enfrentar as condições de trabalho (DEJOURS, p. 72 1992).

Um estudo sobre saúde e trabalho na construção civil realizado por Santana e oliveira, em uma área urbana do Brasil, também apontou a questão do uso de bebidas alcoólicas como um fator de risco a saúde do trabalhador. De acordo com o estudo:

(...) o perfil epidemiológico dos trabalhadores da construção civil se caracteriza por altas prevalências de fatores de risco como o hábito de fumar (24,4%), o consumo de bebidas alcoólicas associado a problemas (50,2%), sobrepeso (32,6%), a percepção

de pouca saúde (11,9%) e sintomas músculo-esqueléticos (28,2%). (SANTANA e OLIVEIRA, 2004, p. 800)

Muitos trabalhadores do setor da construção civil desenvolvem problemas de saúde que impactam no seu físico diminuindo sua capacidade de trabalhar. Porém, mesmo sem condições objetivas para o trabalho eles enfrentam a dor e vão para a lida, o trabalho é para ele uma garantia de sobrevivência, sendo assim a dor e o desgaste físico e mental tornam-se fatores secundários. Questiona-se então, terá o trabalhador da construção civil capacidade física de trabalhar até os 65 anos de idade para se aposentar? Ouso em dizer que não. Muitos desses trabalhadores iniciaram suas atividades laborais desde a mais tenra idade, são muitos anos dedicados a um trabalho extremamente forçoso e extenuante, trabalho que compromete não só a sua integridade física como também psicológica por meio dos abusos sofridos por parte de seus superiores. Pressão, humilhação e discriminação do saber profissional fazem parte da rotina de muitos trabalhadores.

Dentro de um canteiro de obras existem vários elementos que potencializam os riscos de acidentes de trabalho, uso de objetos pontiagudos, máquinas elétricas, fios de alta tensão, andaimes mal armados, dentre outros elementos que favorecem a ocorrência de um acidente de trabalho. Muitos trabalhadores tomam sobre se a culpa dos acidentes, dizendo que foi por um descuido pessoal, que poderia ter evitado se tivesse tomado mais cuidado, porém na verdade, os acidentes estão atrelados às formas de organização desse trabalho. O profissional trabalha a todo instante sobe uma pressão muito grande, existe toda uma organização hierárquica que exige do trabalhador, produtividade, qualidade e eficiência. O operário que atua sob pressão, mais cedo ou mais tarde vai dar sinais de esgotamento e cansaço, o que por sua vez pode levar a um acidente grave ou até mesmo fatal.

“Eu já sofri um acidente uma vez, mas eu acho que foi um descuido meu, e também a segurança. Foi logo em 80 ou 85 mais ou menos, porque antigamente não existia aquelas balanças fechadas, as balanças eram abertas, aí eu subindo distraído e meu braço prendeu na balança e quebrou, descolocou a mueca da mão, aí eu por sorte minha eu me joguei pra dentro da balança e não perdi o braço todo. Mas livrando disso eu nunca tive um acidente dentro da obra.” (Jacinto)

A partir dessa fala, observa-se o trabalhador atribuiu a si próprio a causa de seu acidente, para ele, o fato de estar distraído provocou um acidente que por sinal poderia ter sido mais grave caso ele não tivesse sido ágil, esse acidente poderia ter resultado na perda de um membro, o que o impossibilitaria continuar atuando nesse setor. Porém, ele destaca outro fator importante. A falta de segurança, o que demonstra que o trabalhador tem consciência da importância das medidas de segurança dentro de um canteiro de obras.

Os relatos a seguir demonstram o reconhecimento dos trabalhadores dos riscos aos quais eles estão submetidos dentro do ambiente laboral, local onde passam a maior parte do tempo de suas vidas, cercados pelo medo e pelo perigo:

“Ah! É muito arriscado, dentro da obra é muito arriscado, depende de muito cuidado, muita paciência, a pessoa tem que ter muita atenção se não...” (Jacinto)

“Qualquer um trabalho é arriscado e o da gente principalmente, nós tem que usar os equipamentos de segurança como, luva, óculos, protetor auricular, capacete” (Tanzanita)

“Ah.., o trabalho da construção civil é muito arriscado. Muito muito mesmo, arriscado mesmo.” (Topázio)

“Com certeza é um trabalho arriscado! Agora vai da gente se proteger. Tem que usar os equipamentos de proteção, o EPI certo né? Pra se proteger dos acidentes.” (Rutilo)

“Rapaz! As vezes sim. Rapaz eu boto o cinto de segurança boto lá e primeiramente você tem que chamar por Deus né véi? Por que a gente fica na beirada assim ó..botando a primeira fiada de bloco entendeu?” (Heliodoro)

“É um trabalho arriscado. E principalmente o meu, que eu subo e desço. Se eu botar um excesso de peso a mais naquele elevador, se ele tiver problema no freio com o excesso de peso ele não vai atender. A tendência é ele arriar com a gente e a gente sobrar.” (Jacinto)

Conforme podemos observar, o trabalhador reconhece os riscos e perigos que envolvem seu trabalho, bem como sabem da importância de utilizar os equipamentos de segurança, para diminuir esses riscos. A Norma Regulamentadora 18 – NR18, tem por objetivo implementar procedimentos de aspecto preventivo relacionados às condições de trabalho na construção civil, esta NR, possui existência jurídica assegurada, em nível de legislação ordinária, no inciso I do artigo 200 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. (SESI, 2008). Sendo assim, é de suma importância que as empresas adotem essas medidas de segurança para proporcionar melhores condições de trabalho aos seus funcionários.

De acordo com as falas dos profissionais entrevistados, as condições de trabalho nesse setor têm melhorado nos últimos anos. A partir da certificação de qualidade total, as empresas passaram a adotar medidas visando a adaptação dos trabalhadores aos novos modelos de produção. Os trabalhadores são incentivados a participarem de reuniões de Diálogo Diário de Segurança - DDS, que versam sobre os cuidados que eles devem ter no ambiente de trabalho, os riscos de acidentes e a medidas de segurança que devem ser adotadas para a redução dos mesmos. Com esses investimentos as empresas reduzem os custos com a assistência médica dos trabalhadores, visto que, quando acontece um acidente de trabalho, no qual o trabalhador precisa ficar afastado por até 15 dias, os encargos são pagos pelos empregadores.

Tem lugar que o cara é tratado como funcionário, agora tem lugar que não é. Porque acontece essas coisas. Até no sindicato da gente chega essas coisas, acontece de

alguém ligar para o sindicato e o carro do sindicato vem parar na porta da obra entendeu? Por que tá acontecendo de não ter banheiro, não tem chuveiro, as refeições não presta, o café não presta. Já aqui não! Aqui tem banheiro, tem bebedor gelado, tem sabão para eu lavar a mão toda hora que eu quiser, tem o café da manhã que é muito bom, tem o almoço que é muito bom. Se o cara fizer hora extra tem lanche e aí vai. Nessa que eu trabalho entendeu? Agora tem muitas aí que..., mas agora eu acho que não tá acontecendo mais. Eu cheguei aqui o cara não tinha equipamento nenhum. É tanto que eu tô com um problema de ouvido, que eu vou pegar o equipamento agora esse mês por que a gente trabalhava nas máquinas antigamente, as máquinas roncava muito, fazia muito ruído então a gente não tinha equipamento e agora tem agora tá tudo bem. (Jacinto)

A fala acima revela que houve uma melhora com relação às condições de trabalho dentro dos canteiros de obras, porém essas melhoras não ocorreram de forma homogênea. Existem empresas as quais as condições de trabalho ainda são bastante precárias, geralmente essa realidade faz parte das empresas que ainda não adotaram as medidas de qualidade do processo. No setor de trabalho há normas e prescrições que são responsáveis por conduzir o trabalhador dentro do seu setor, com o intuito de reduzir riscos, perigos e evitar danos à saúde dos mesmos, Santana (2012). Para isso é preciso que os trabalhadores sigam as normas com relação a utilização dos equipamentos de segurança. Porém de acordo com Dejours (2004), existe uma discrepância entre o prescrito e o real, sendo assim os trabalhadores muitas vezes precisam fazer alguns ajustes para preencher essas lacunas existentes entre o trabalho que está prescrito e o trabalho real, é importante observar que ao fazer esses ajustes, não tem com prever os resultados, sendo assim, corre-se o risco de atribuir a ocorrência de um acidente a um descuido do trabalhador, por não ter seguido as prescrições. (SNANTANA, 2012).

A adoção de medidas para redução dos riscos de acidentes de trabalho, deve ser feita a partir de um diálogo contínuo entre os trabalhadores e as pessoas responsáveis pela segurança. Não como uma forma coercitiva e punitiva, mas de uma maneira que leve o trabalhador a aderir ao uso dos equipamentos de proteção, como um meio de reduzir os riscos dentro do ambiente laboral e ao mesmo tempo melhorar suas condições de trabalho. É um processo de aprendizado e de mudanças de atitudes que farão toda a diferença na vida dos envolvidos. Ao mesmo tempo é de suma importância que as empresas reconheçam seu lugar nesse processo, esta desempenha um papel fundamental, adotando medidas que visam a melhoria das condições de trabalho de seus empregados, fornecendo equipamentos adequados ao uso para todos os trabalhadores, garantido uma alimentação de qualidade e estabelecendo relações respeitadas entre as pessoas que exercem cargos de chefias e os funcionários, uma vez que o trabalho sob pressão, situação recorrente nesse setor, é dos fatores que podem levar à ocorrência de acidentes dentro do canteiro.

4.3.3. A invisibilidade e a desvalorização dos trabalhadores

A invisibilidade social atinge os trabalhadores que desempenham atividades desprovidas de status social, com baixa remuneração salarial com baixo, ou nenhum grau de escolaridade. As pessoas passam por eles e é como se eles não existissem, as tratam como se fossem um objeto, ou algo que fizesse parte daquela paisagem, qualquer ser inanimado. Desta forma, Costa (2008), ao relatar a experiência vivenciada por ele, junto a um grupo de garis, na Universidade de São Paulo (USP), observou que esses profissionais passam despercebidos pelos estudantes e professores, é como se o uniforme destituísse a humanidade dessas pessoas e os tornassem meros objetos. De acordo com Costa:

Seres humanos, andando na rua, não passam por outros como quem passa por um poste: o corpo e o olhar se modificam, os movimentos ficam distintos, a atenção se transforma, é afetada, como que se alarga. A atenção que os humanos dispensam uns aos outros é de natureza diferente daquela dirigida a objetos. Não obstante, as pessoas que passam por Nilce não parecem ter sua atenção suficientemente modificada, modificada pelo poder específico, pela influência específica de que é capaz a presença de um humano ali: desviam-se dele como quem se desvia de um obstáculo, uma coisa qualquer que atrapalha o caminho. “Eles nem olham na cara da gente”. O sujeito tornado *invisível*, arrastado por trocas impessoais, suscita mais as reações que pessoas despertam em pessoas. (COSTA, 2008, grifos do autor)

Ao fazer a experiência de gari, Costa percebe que as pessoas de classes sociais diferentes, não se olham nem se percebem como iguais. Enquanto seres humanos, existe uma barreira social que impede a identificação do outro como semelhante. Costa narra o descontentamento de Nilce, quando este diz que as pessoas pertencentes a outra classe social nem olham para eles, é como se eles não existissem. O Ser humano é tornado invisível. Essa é uma realidade que não atinge apenas os garis, mas todas as pessoas que desempenham atividades braçais. Assim, os trabalhadores que realizam tarefas importantes dentro da sociedade, não são valorizados; são considerados inferiores e, geralmente, não são percebidas como seres humanos, mas como elementos que realizam trabalhos os quais um membro da classe considerada superior jamais se submeteria. (CELEGUIM, ROESLER, 2009).

Desta forma, o trabalhador da construção civil também passa pela experiência da invisibilidade social, ele está presente o tempo todo na sociedade, para onde quer que olhemos nos deparamos com o produto do seu labor, prédios, casas, escolas, hospitais, igrejas, tudo construído por homens socialmente invisíveis. Cada construção está carregada de significados, de histórias e de sonhos. É o sonho de uma vida melhor, de dar educação de qualidade a seus filhos, de ter uma casa própria, sonho de homens que trabalham para sobreviver. Porém, na vida cotidiana, esses trabalhadores não são percebidos nem reconhecidos. Muitas vezes sua presença causa incomodo e desconfiança para boa parte da

sociedade que usufrui de tudo que foi construído por esses profissionais. Tal realidade foi perfeitamente descrita pelo compositor Lúcio Barbosa (1976), através da música Cidadão:

Tá vendo aquele colégio moço? Eu também trabalhei lá. Lá eu quase me arrebento. Pus a massa fiz cimento. Ajudei a rebocar. Minha filha inocente vem pra mim toda contente. Pai vou me matricular. Mas me diz um cidadão. Criança de pé no chão aqui não pode estudar. Esta dor doeu mais forte por que que eu deixei o Norte eu me pus a me dizer. Lá a seca castigava mas o pouco que eu plantava tinha direito a colher. (BARBOSA, 1976)

Esta canção apresenta a realidade vivida pelo trabalhador da construção civil, a partir da experiência da desvalorização social. O homem do interior que deixa sua terra, seu lar, sua família e vai para a cidade grande em busca de melhores condições de vida, e ao chegar em seu destino se defronta com situações que o fazem se arrepender de ter deixado seu chão. A cidade tem tudo, e ele não possui nada. As obras que produzem não são suas, constroem lindos arranha-céus nos grandes centros urbanos, e à noite retornam para suas casas nos bairros periféricos. A segregação espacial é uma realidade experimentada pelos trabalhadores pobres, negros e com baixa qualificação escolar, que moram na Região Metropolitana de Salvador.

Segundo Palma (2009), essa segregação residencial em Salvador tem suas raízes na própria história de desenvolvimento desta importante metrópole. Nos períodos que compreendem a década de 1920 a 1950 ocorreram significativas mudanças na estrutura de Salvador, em decorrência dessas mudanças, a massa trabalhadora e de baixa qualificação foram expulsas do antigo centro e construíram suas habitações em vales insalubres, originando uma periferia nos centros urbanos e adjacentes. Posteriormente, na década de 1980, nasce uma nova cidade de classes de rendas altas e médias altas em Salvador. Estes locais constitui-se o foco de grandes investimentos do Estado em termos de infraestrutura urbana e obras de paisagismo. Trata-se de uma supervalorização imobiliária de alto padrão residencial, bem equipada de serviços de comércio especializado e de alta qualidade. Em contrapartida, à população de baixa renda se concentrou no sentido norte, em uma área denominada de Miolo, no Plano de desenvolvimento urbano de 1984. Esta é uma área populosa, de concentração de pessoas pobres, carentes de infraestrutura, empregos, equipamentos e serviços urbanos. As condições habitacionais desses bairros são bastante precárias, o que torna límpido a desvalorização dessas pessoas também por parte dos órgãos públicos, que a colocam nas periferias e não lhes oferecem condições mínimas de mobilidade social.

Além de conviver com a segregação residencial, que o torna invisível socialmente, e com a desvalorização por parte dos órgãos públicos e da própria sociedade, o profissional da

construção civil também é desvalorizado dentro do próprio ambiente laboral, através das relações de trabalho tensionadas por questões de poder. De acordo com Dejours (1992), relação de trabalho, constitui todo laço humano criado pela organização de trabalho, estas se estabelecem com a hierarquia, com a chefia, com a supervisão e com outros trabalhadores. Essas relações muitas vezes ocorrem de modo desagradável tanto pela desvalorização do saber profissional, por parte das pessoas que exercem cargos de chefia, quanto pelas pressões que são postas aos trabalhadores para o aumento do ritmo de trabalho. Desta forma, muitos trabalhadores passam por situações de humilhação e constrangimento.

“Já passei sim! Já passei por esse tipo de coisa, mas eu venci. Eu também debati, porque eu também sou duro e debati e por final eu fiz a coisa e venci. Foi com um engenheiro; eu venci porque o próprio chefe dele me deu razão, que ele estava errado. E eu venci. Ele me mandou fazer um serviço, o serviço tava certo, ele achou que tava errado, eu fui lá, provei que eu tava certo e o próprio chefe dele, o próprio engenheiro, porque tem o chefe e o chefe do chefe, tem o engenheiro de campo e o engenheiro que fica lá na sala. Foi quem acatou” (Jacinto).

“Rapaz, na verdade a gente passa, mas se a gente for contar tudo que passa...porque as vezes quando eles querem adiantar o serviço, quer botar muita pressão em cima da gente pra entregar o serviço antes do tempo, e a gente..., nem sempre dá, e quando não dá tempo de entregar, fica assim pressionando a gente, mas fazer o que? A gente precisa do trabalho, a gente tem que encarar, não é?” (Rutilio)

Percebe-se a partir destas falas, que o trabalhador da construção civil traz consigo o sentimento da desvalorização de suas atividades, por parte de seus supervisores. De acordo com Borges e Peixoto (2011), “o rótulo, portanto, de trabalho desqualificado traduz a desvalorização social da experiência operária como a contrapartida social da valorização do saber acadêmico e formal de seus dirigentes”. Esta desvalorização é explicitada pelo modo como os supervisores tratam esses profissionais, pela forma de falar, pelo não reconhecimento do saber operário, pelas ordens dadas de cima para baixo, sem que haja uma tentativa de somar o saber técnico ao saber operário.

Estudos indicam, que o ato de trabalhar é visto pelo trabalhador como fazer a experiência de realizar atividades forçadas e desumanas, pegar no pesado, enfrentar os riscos, enfrentar o medo, expor-se a situações de sofrimento. Sofrer pela desvalorização, pelas dores provocadas pelos esforços repetitivos, pela invisibilidade e pelo descaso. Conteúdos como esses revelam que as vivências operárias remetem à existência de preconceito e à experiência da discriminação social, no que diz respeito a como sentem, percebem e reagem. (BORGES E PEIXOTO, 2011)

Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar. Foi um tempo de aflição. Eram quatro condução. Duas pra ir, duas pra voltar. Hoje depois dele pronto. Olho pra cima e fico tonto

Mas me chega um cidadão. E me diz desconfiado, tu tá aí admirado. Ou tá querendo roubar? Meu domingo tá perdido. Vou pra casa entristecido. Dá vontade de beber. E

pra aumentar o meu tédio. Eu nem posso olhar pro prédio. Que eu ajudei a fazer.
(BARBOSA, 1976)

Os profissionais da construção civil experimentam em sua própria vida a dor da discriminação, do preconceito e da desvalorização social. Em estudo realizado por Iriart, *et al* (2008), os trabalhadores afirmaram fortuitamente que não desejavam que seus filhos seguissem a mesma profissão que eles. Assim, pode-se constatar que o profissional da construção civil percebe sua atividade como desvalorizada pela sociedade e não quer que seus filhos tenham o mesmo destino que o seu.

Passar pela experiência de invisibilidade e de desvalorização causa sofrimento ao trabalhador, existir e não ser percebido, lidar com rótulos pejorativos, experimentar a dureza de um dia de trabalho marcado por situações de risco, de dores físicas e psicológicas, de depreciação e muitas vezes de negação de direitos. Assim, é a realidade vivida por esses valentes guerreiros que trabalham de sol a sol, enfrentam a distância e convivem com a saudade dos seus familiares e amigos, para manterem-se no mercado de trabalho e desta forma sobreviverem.

Os impactos do trabalho precarizado vão se aviltando na vida dos operários da construção civil, sendo expressas pelas formas de contratos precários, pela subcontratação, pelas péssimas condições de trabalho e de vida, pelos riscos de acidentes e, principalmente, pela “escravidão” velada, que reduz o homem a mera força de trabalho. Deixando de lado a totalidade da vida destes sujeitos sócio-políticos, carregados de histórias de sentimentos e de saberes, homens que ajudam a construir o mundo. Contudo, é pouco reconhecido dentro da sociedade de classes, que mantém a desigualdade social às custas do suor e da exploração das minorias. Para Borges e Peixoto (2011), os operários constituem uma minoria social, porque realizam trabalhos braçais pouco apreciados pelas elites e são rotulados como mão de obra desqualificada, desprezando seus saberes, tácitos ou não, aprendidos na experiência operária.

5. CONSIDERAÇÕES

Analisar a precarização do trabalho na vida do operário da construção civil foi uma tarefa bastante enriquecedora, tanto para formação acadêmica como humana. Primeiramente, porque o empenho em realizar esta pesquisa, partiu de um interesse pessoal, a partir da vivência familiar com os trabalhadores da construção civil. Sabe-se que toda pesquisa parte de uma subjetividade, é necessário que haja uma afinidade do pesquisador para com o seu objeto de estudo. Desprender-me do envolvimento pessoal emocional, foi um árduo exercício, entretanto, necessário para dar validade a este estudo.

A experiência de ir a campo, conversar com os entrevistados, escutar sua trajetória de vida dentro desse setor, foi de grande valia. O campo é o local de confronto com a realidade, onde o pesquisador abre mão dos conceitos previamente estabelecidos, para que o objeto se revele. Cada nova aproximação uma descoberta, que ultrapassa o campo material a fim de conhecer a essência do objeto. Compreender como as relações se estabelecem no âmbito econômico, social, familiar e comunitário, eis o grande desafio.

A indústria da construção civil, na cidade de Salvador – BA, é um ramo produtivo que funciona como porta de entrada para o mercado de trabalho, da maioria da população jovem, negra e com baixa escolaridade. Durante a entrevista, os participantes deixaram transparecer que, estavam nessa atividade por não ter tido outra oportunidade de emprego. Eles colocaram a questão do estudo como um fator importante para a permanência nesse setor. De acordo com os entrevistados, a indústria da construção civil abriu para eles as portas para a inserção no mercado de trabalho. Desta forma, muitos revelaram que já estão acostumados com essa profissão, pois é de onde eles retiram seu sustento e o dos seus familiares. Porém esses sujeitos sócio-políticos reconhecem que as condições de trabalho dentro desse ambiente laboral, são precárias e danosas à sua saúde.

O ambiente laboral oferece vários riscos à saúde dos operários, estes estão a todo tempo expostos a riscos de acidentes fatais ou não-fatais. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a cada ano, ocorrem pelo menos 60.000 acidentes fatais na indústria da construção civil em todo o mundo (SESI, 2013).

O mercado de trabalho, dentro dessa nova ordem produtiva, cria mecanismo que engessam proletariado e os fazem refém desse modo de trabalho precário e virulento. Com o imperativo de produzir em curtos prazos, há uma intensificação da jornada de trabalho e conseqüentemente uma aviltante exploração da classe trabalhadora, que por sua vez tem suas jornadas acrescidas, para que as obras sejam entregues em tempo hábil. Todavia, sabe-se que

a maior parte do trabalho realizado dentro de um canteiro de obras, no subsetor de edificações é realizado pela força humana, trabalho braçal, que requer do operário um grande desprendimento de força física e também mental, para suportar as exaustivas jornadas laborais.

Dentro de um canteiro de obras, atuam muitas empresas em conjunto, estas empresas especializadas são responsáveis por determinada etapa do processo produtivo. Sendo assim, constata-se que a alta rotatividade nesse setor está intrinsicamente ligada ao processo de reestruturação produtiva, no qual, a ordem é flexibilizar, o trabalhador tem que se adaptar às novas formas de organização do trabalho. Desta forma, ou o operário aceita exercer sua atividade em um regime descontínuo, com jornadas extenuantes e com baixos salários, ou estará fora do mercado de trabalho. O patronato ainda os ameaça, com a justificativa de que se eles não aceitarem as condições impostas, serão demitidos, uma vez que existe um imenso exército de reservas disposto a substituí-lo.

A terceirização, mecanismo utilizado pelas empresas, para a redução dos custos da produção, é uma das características da precarização do labor neste setor. Essa prática envolve a contratação de empresas, em sua maioria de pequeno porte, que operam à margem da legislação trabalhista, conseguindo, por isso, apresentar propostas a preços reduzidos (OLIVEIRA e IRIART, 2008). Assim, as empresas gerenciadoras, economizam, com o não-pagamento dos direitos conquistados pelas lutas da classe trabalhadora. O que caracteriza um retrocesso na conquista dos direitos trabalhistas.

O setor da construção civil, na cidade de Salvador é responsável pelo emprego de 94% da população negra e de baixa renda. Logo, percebe-se que a atuação do negro no mercado de trabalho, ainda ocorre de maneira bastante precária. Historicamente o negro encontra dificuldades para adentrar no mercado de trabalho, em cargos de prestígio e status social. Aos negros sempre foram reservadas as ocupações mais forçadas e desumanas. Essa realidade tem suas raízes na formação histórica da mão de obra negra do nosso país. Os negros recém egressos da escravidão, sem estudo e sem nenhum meio de sobreviver na sociedade de classes, foram trabalhar nas lavouras cafeeiras e em outras atividades braçais.

A mão de obra da construção civil é composta principalmente por homens chefes de família, que saem do interior em busca de emprego na capital, geralmente são levados por amigos, vizinhos ou parentes. A forma de ingresso nesse setor geralmente é feita via indicação, não tem como pré-requisito a qualificação formal. Normalmente, esses homens começam a trabalhar desde criança, nesta profissão, e com isso deixam de estudar, para ajudar a compor a renda familiar. Esses homens ao chegar na cidade grande vão morar nos bairros

periféricos das capitais, em habitações precárias e insalubres. Assim, o trabalhador da construção civil, lida diariamente com as desigualdades sociais, com o preconceito e com desvalorização. Todas estas experiências têm um rebatimento na totalidade da vida desses trabalhadores.

Os profissionais da construção civil possuem características sócio-demográficas, totalmente, estigmatizada pela elite. Comprovando desta forma a hipótese de que, o trabalho no setor da construção civil carrega relações de classe e raça específicas, e é marcado por fortes expressões do trabalho precarizado que gera impactos nocivos na totalidade da vida dos trabalhadores.

Não se pretendeu aqui, esgotar a discussão sobre problema da precarização do trabalho na vida dos trabalhadores, mesmo porque, dentro de um sistema capitalista em estágio avançado, qualquer tentativa nesta direção estaria fadada ao fracasso. Desta forma, a proposta deste trabalho foi dar visibilidade aos impactos que o trabalho precarizado causam na vida dos trabalhadores, e ao mesmo tempo dar voz a esses sujeitos-sócio políticos que, mesmo contribuindo tão fortemente para o crescimento da economia do país, amargam a invisibilidade perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis, 1999.
- ANDRADE, Haiana Ferreira, **Dos Calos nas Mãos aos Sapatos nas Vitrines**: a precarização do trabalho em uma indústria de calçados no interior da Bahia, Universidade federal do recôncavo da Bahia- UFRB - Cachoeira Bahia, 2015.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2ª ed. São Paulo; Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **O Continente do Labor** – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo A Dialética do Trabalho, 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho**. Trab. educ. saúde [online]. 2003, vol.1, n.2, pp.229-237. ISSN 1981-7746.<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000200004>. Acessado em 16/05/2016 às 20:45h.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK Graça. A TERCEIRIZAÇÃO COMO REGRA? Rev. TST, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013.
- BORGES, Ângela Maria de Carvalho, CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Segregação urbana e emprego**: observações preliminares sobre Salvador.
- BORGES, Livia de Oliveira; PEIXOTO, Tamara Palmieri. Ser operário da construção civil é viver a discriminação social. Rev. Psicol., Organ. Trab. vol.11 no.1 Florianópolis jun. 2011. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S198466572011000100003&script=sci_arttext&tlng=em. Acessado em 23/05/2016, às 00:59
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; BARRETO, Vanda Sá. **Segregação residencial, condição social e raça em Salvador**. Cadernos metrópole 18 pp. 251-273 20 sem. 2007.
- CASTRO, NádyAraujo; BARRETO, Vanda de Sá. Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. São Paulo: Annablume, A cor da Bahia, 1998.
- CAVALLI, Michelle. A categoria mediação e o processo de trabalho no serviço social: uma relação possível? ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 5, n. 5, 2010.
- CELEGUIM, Cristiane Regina Jorge; ROESLER, Heloísa Maria Kiehl Noronha. **A invisibilidade social no âmbito do trabalho**. Revista Científica da Faculdade das Américas, ano, v. 3, 2009.
- CEDRO, Marcelo, **Pesquisa social e fontes orais**: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo, Revista Perspectivas Sociais, Ano 1, N1, março,2011, p. 125-135. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/percsoc/article/viewFile/2341/2193>, Acessado em 09/02/2016 às 18:30h.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis.** Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

COSTA, Luciano Rodrigues. **A racionalização do processo de trabalho na construção civil.** Impulso, v. 24, n. 61, p. 167-182, 2014.

DIEESE – Departamento Inter Sindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos. Perfil dos trabalhadores da Construção Civil do Estado da Bahia, DIEESE, 2012.

DEJOURS, Chhstophe, **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lucia Leal Ferreira. – 5ª ed - São Paulo: Cartaz - Oboré, 1992.

DEJOURS, Chhstophe, **Subjetividade, trabalho e ação.** Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 027-034, Set. /Dez. 2004.

DRUCK, Graça. **Flexibilização e precarização:** formas contemporâneas de dominação do trabalho. CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br/RCRH-2006-270graca.pdf>. Acessado em 11/05/2016 às 01:16.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências:** novos e velhos desafios?, in: CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

FARAH, M. **O processo de trabalho na construção habitacional.** São Paulo: Annablume, 1996.

FERNANDES, Márcia Astrês; GUIMARÃES, David Bernar Oliveira; SALES, Hudson Francisco Silva; SOUSA, Larissa Ferreira Cavalcante; TIMOTEO, Natalia Lemos da Silva. **Aplicabilidade da NR18 em obra da Construção Civil:** Abordagem da Enfermagem à Saúde do Trabalhador.

FERNANDES, Florestan, **A Integração do negro na sociedade de classes:** o legado da “raça branca”, Volume 1, ed. 5 – São Paulo: Globo, 2008.

FRIEDERICH, Engels. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem,** 1986, in: ANTUNES, Ricardo (org.). A Dialética do trabalho– Escritos de Marx e Engels São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil:** síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cad. Saúde Pública vol.18 suppl. Rio de Janeiro 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700007> Acessado em 27/06/2016, às 14:24 min.

INBEP. **O que é DDS e qual é a sua importância?** Disponível em: <<http://blog.inbep.com.br/o-que-e-dds-e-qual-e-sua-importancia>>. Acessado em 18/07/2016, às 23:58h

IANNI, Octávio, Raças e Classes Sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein; OLIVEIRA; Roberval Passos de.; XAVIER, Shirlei da Silva ; COSTA, Alane Mendara da Silva; ARAÚJO, Gustavo Ribeiro de; SANTANA, Vilma Sousa. **Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras**

domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(1):165-174, 2008

JESUS, Lílian Souza de. O trabalho pescueiro e as violações de direitos na comunidade tradicional quilombola de Acupe – Santo Amaro: um modo de vida em resistência ao capital?, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.

LIMA Júnior, JM. Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção no Brasil. In: LIMA Júnior, JM.; López-VALCÁRCEL, A.; DIAS, L.A. segurança no trabalho da construção: experiência brasileira e panoram internacional. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do trabalho, 2005, p. 8-34

LOURENCO, Edvânia Ângela de Souza; BERTANI, Iris Fenner. **Invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho:** desafios para a reabilitação profissional. Proceedings of the 1st Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca, 2010.

LUKÁCS, GYÖRGY. **As Bases Ontológicas do pensamento e da Atividade do Homem.** Cap. VI In: COUTINHO, Carlos Nelson e NETTO, José Paulo (org.). O jovem Marx e outros escritos de filosofia - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

MARX, Karl. **Processo de trabalho e Processo de Valorização**, 1983, in: ANTUNES, Ricardo (org.). A Dialética do trabalho– Escritos de Marx e Engels São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. **Trabalho estranhado e Propriedade Privada**, 1982, in: ANTUNES, Ricardo (org.). A Dialética do trabalho– Escritos de Marx e Engels São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Apresentação: Jacob Gorendes; coordenação de revisão: Paulo singer; tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe – São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl e FREDERICH, Engels. **O Manifesto Comunista.** Tradução: Maria Lúcia Como. – Rio de janeiro: paz na terra, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 17ª edição.

MPS, Informe de Previdência Social, julho/2014 Volume 26, Número 07

NR 18 – Norma Regulamentadora 18. **Condições de Trabalho e Meio Ambiente.** Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr18.htm>. Acessado em: 16/02/2016 às 23:06

OLIVEIRA, R. P.; IRIART, J. A. B. **Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil.** *Psicologia em Estudo*, Curitiba, v.13, n. 3, p. 437-445, 2008

OLIVEIRA, Roberval Passos de. **Violência Relacionada ao Trabalho:** Signos, Significados P práticas Entre os trabalhadores da Construção Civil. Universidade federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Salvador – BA, 2008.

PALMA, Joelma Araújo Silva da. **Segregação residencial em Salvador.** Mestrado (dissertação) – Universidade Federal da Bahia, Fac. de Arquitetura, 2009.

PED – RMS, pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Salvador. A inserção da população negra no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, novembro de 2013.

SANTANA, Aisi Anne. **Condições de Trabalho, Saúde e Alimentação na Construção Civil**: uma abordagem qualitativa. Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia, 2012.

SANTANA, Vilma S. e OLIVEIRA, Roberval P. **Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(3):797-811, mai-jun, 2004.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SESI, Legislação Comentada: Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho, Salvador-Bahia 2008

SPINDOLA, Thelma; Santos, Rosângela da Silva, **Trabalhando com a história de vida**: percalços de uma pesquisa(dora?) Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342003000200014&script=sci_arttext,
Acessado em 28/01/2016 às 01:20min

TAKAHASHI, Mara Alice Batista Conti.; SILVA, Reginalice Cera da.; LACORTE, Luiz Eduardo Cobra.; Ceverny, Gislaíne Cecília de Oliveira; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT). Saude soc. vol.21 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

IDADE_____ COR/ETNIA_____ SEXO_____

ESCOLARIDADE:

- () nunca frequentou a escola () segundo grau completo
- () 1º grau incompleto () 1º grau completo () superior completo
- () segundo grau incompleto () superior completo

NATURALIDADE_____

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Estado civil: _____

Filhos? _____ Quantos_____

Dependentes_____

BLOCO A – INGRESSO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

1. Como você conseguiu emprego na indústria da construção civil?
2. Existem outras pessoas da sua família trabalhando nesse setor?
3. Você já trabalhou em outro setor? Qual? Qual o vínculo empregatício?
4. Há quanto tempo trabalha no setor da construção civil?
5. Você trabalha de carteira assinada?
6. Como aprendeu a profissão?
7. Qual sua ocupação?

8. Ao ser admitido na empresa que você trabalha, você passou por algum treinamento específico? Qual período de duração do treinamento?
9. No treinamento foi falado sobre segurança do trabalho e riscos de acidentes?

10. O que levou você a entrar no mercado de trabalho da construção civil?
11. Como é seu trabalho na construção civil?

BLOCO B – ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO.

12. Como está organizada a empresa?
13. Quais as funções no setor da construção civil
14. Existe supervisores?
15. Como é a relação entre você e as pessoas que exercem cargo de chefia?
16. Como é sua relação com os colegas de trabalho?

BLOCO C – O PROCESSO DE TRABALHO, RISCOS, ACIDENTES, ADOECIMENTOS E CARGA HORARIA DE TRABALHO.

17. Como é o trabalho no setor da construção civil?
18. Existe uma pressão por parte dos supervisores para o adiantamento das obras?
19. Você já sofreu algum acidente de trabalho ou viu algum colega se acidentando?
20. Você considera o trabalho da construção civil um trabalho arriscado?
21. O que você faz para se proteger dos riscos?
22. Seu trabalho traz algum risco para sua saúde?
23. Existe programa de segurança do trabalho?
24. Existem equipamentos de segurança do trabalho? Estão em boas condições?
25. Existe uma fiscalização adequada para garantir o uso dos equipamentos de segurança do trabalho?
26. Você passa ou já passou por algum tipo de adoecimento em decorrência do trabalho que realiza? Qual?
27. Conhece algum colega que adoeceu em decorrência do trabalho na construção civil?
28. Quando um funcionário adoece existe algum tipo de assistência por parte da empresa?
29. Você trabalha quantas horas por dia?

30. Você faz horas extra? Com qual frequência?
31. Você já sofreu ou sofre algum tipo de pressão, constrangimento, preconceito ou humilhação dentro da empresa por parte de seus supervisores?

**BLOCO D – ROTATIVIDADE, CRISE NO VINCULO FAMILIAR E
INVISIBILIDADE.**

32. Você muda com frequência de canteiro de obras?
33. Quanto tempo geralmente você fica em uma empresa?
34. Como essa rotatividade no mercado de trabalho reflete na sua vida familiar?
35. Você acredita que essa distância provocada pelo trabalho reflete de maneira negativa no seu vínculo familiar?
36. Como é para você trabalhar na construção civil?
37. Você acha que o trabalhador da construção civil é discriminado?
38. Como você ver o olhar da sociedade para os trabalhadores da construção civil?

APÊNDICE B –TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado Senhor _____

Venho por meio deste termo, solicitar sua participação na pesquisa de campo sobre **os Impactos do Trabalho Precarizado na Construção Civil na Vida dos Trabalhadores**. O objetivo central deste estudo é realizar uma análise sobre a precarização do trabalho no setor da construção civil na cidade de Salvador-BA e os rebatimentos na vida dos trabalhadores.

Os dados coletados nesta pesquisa, através da entrevista semi-estruturada, serão exclusivamente utilizados para fins de análise, sendo parte integrante do trabalho de Conclusão de Curso de Serviço social da Universidade federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

O Senhor tem total liberdade para se recusar a participar da pesquisa, bem como tirar qualquer dúvida a qualquer momento ou até mesmo se abster de responder alguma pergunta, como também desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, exceto depois da publicação dos resultados.

Sua participação é totalmente voluntária e sua identidade será totalmente preservada na análise e exposição dos resultados. Sua participação é sumamente importante para a concretização dessa pesquisa.

Marluce Neri Gonzaga
Graduanda de Serviço Social – UFRB
Contato: (75) 981711843